

A ARQUEOLOGIA DO INTERIOR PAULISTA EVIDENCIADA POR SUAS RODOVIAS

*Solange Bezerra Caldarelli**

RESUMO

O artigo apresenta os sítios arqueológicos evidenciados por pesquisas induzidas pelo licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, que de início cortaram radialmente o território paulista a partir da capital do Estado e hoje se espalham capilarmente pelo território, a partir das artérias iniciais. É apresentada também uma síntese dos conhecimentos existentes sobre a arqueologia e a etno-história de São Paulo, para discutir as importantes problemáticas pendentes sobre a ocupação pré-colonial do atual território paulista e demonstrar a importância de que se desenvolvam no Estado pesquisas direcionadas por áreas estrategicamente selecionadas pela arqueologia e não apenas pelas necessidades infra-estruturais do século XXI.

Palavras-chave: arqueologia paulista – etnohistória paulista – licenciamento rodoviário

ABSTRACT

This paper presents the archaeological sites found in research involved in applying for highways building environmental licenses. First roads built in São Paulo State spreaded from the Capital over the rest of its territory in a ray arrangement. Since then the São Paulo State road network gained capillarity as it expanded from the initial main roads. It is also presented a synthesis of the archaeological and ethnohistorical knowledge concerning São Paulo State to offer a discussion about the precolonial occupation of the territory of the modern São Paulo State that is a matter considered a pending important issue. Additionally it is stressed the need for further research guided by strategic archaeological choice of areas instead of one that follows the guidance of the infra structure growth of the 21st century.

Key-words: São Paulo archaeology – São Paulo ethnohistory – highways environmental licences

* Scientia Consultoria Científica. E-mail: scientia@terra.com.br

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS¹

Quando da chegada e assentamento dos portugueses na costa paulista, todo o território atualmente compreendido pela região metropolitana de São Paulo e seus arredores estava ocupado por indígenas de diversas tribos, em sua quase totalidade pertencentes à família etnolinguística Tupi-guarani.

A escassez de pesquisa arqueológica nos municípios que primeiro abrigaram os colonos portugueses remete as informações sobre a ocupação indígena pré-colonial dessa região apenas ao que registraram os primeiros europeus a penetrarem no território paulista². Tais fontes consistem, segundo Fernandes (1948), em documentos oficiais, cartas e impressões de missionários, colonos e jesuítas.

Os primórdios do povoamento restringiram-se à área litorânea, pela maior facilidade de, a partir dela, se manter contatos com a metrópole; pela importância de fixar nela contingentes humanos que obstassem a invasão do continente por conquistadores estrangeiros; pela dificuldade de se transpor a barreira natural representada pela Serra do Mar; pelo desconhecimento do território interiorano e pelo medo dos indígenas que habitavam a hinterlândia.

No entanto, as terras do litoral paulista, cuja base é uma planície sedimentar quaternária, limitada pelo paredão criado pela Serra do Mar e formada pela acumulação de areias e argilas de origem marinha e terrestre, caracterizam-se, conforme descreve Petrone (1995), por um relevo baixo, plano e sub-horizontal, que apresenta dificuldade de escoamento das chuvas de verão, formando extensos brejos de água doce e sofre a penetração rítmica das águas do mar, sendo, portanto, pouco apropriadas à lavoura extensiva para fins comerciais, com as técnicas agrícolas existentes no século XVI.

Por este motivo, contrariamente ao que aconteceu no restante do território da colônia, os moradores da Capitania de São Vicente, ainda na primeira metade do século XVI, procuraram atravessar a Serra do Mar, aproveitando as trilhas utilizadas pelos indígenas quando vinham ao litoral pescar e mariscar, adentrando o sertão muito antes do que nas demais capitanias brasileiras.

Diz Ribeiro (1911: 183), que:

"uma das questões mais arduas e complicadas da ethnographia

brazilica tem sido, até aqui, a da classificação ethnica e linguística da nação indígena que habitava o litoral e os campos de Piratininga, na ocasião do descobrimento, e da qual procedem, directa ou indirectamente, muitas famílias paulistas. Varias circunstancias ou factos concorrem para a dificuldade do problema. A ausencia de documentos escriptos ou architetonicos indigenas, a deficiencia das informações dos expeditionarios ou descobridores, pela ignorancia das linguas ou dialectos, a variedade extraordinaria daquellas e destes, a multiplicidade das denominações de cada tribu ou nação, ora adoptadas por ellas proprias, ora attribuidas por outras, amigas ou inimigas, ora verdadeiros alcunhas ou apellidos de diversas origens, suas migrações, e instabilidade de habitação dellas, as guerras e scisões constantes entre as tribus, todos esses factos lastimaveis têm feito o tormento de investigadores competentes e sérios".

Além dos problemas acima citados, as melhores fontes sobre os indígenas de São Paulo no século XVI provêm dos jesuítas, aqui chegados apenas com Tomé de Souza, em 1549, quando certamente já haviam os indígenas sofrido alterações decorrentes do contato com os portugueses aqui estabelecidos mesmo antes da expedição conquistadora de Martim Afonso de Souza, ocorrida em 1532.

Segundo as fontes disponíveis, portanto, quando da chegada dos primeiros portugueses ao território paulista, a região encontrava-se ocupada por índios originários de diversas nações, divididos, segundo os conquistadores seiscentistas, em duas grandes nacionalidades: Tupi e tapuia.

"Eram 'Tupis' os que falavam a lingua que desde então se chamou 'geral', porque era falada ao longo da costa do norte ao sul, tendo-se como pertencendo a uma 'raça Tupi' os povos que a falavam. Eram 'tapuyas' os indígenas que não compreendiam ou não falavam a lingua geral" (Sampaio, 1911: 199).

¹ Esta síntese foi produzida exclusivamente a partir de dados secundários, conforme referências no texto.

² Daí a importância das pesquisas em andamento na aldeia de Carapicuíba, sob coordenação de Scatamacchia, apresentadas neste mesmo volume da Revista de Arqueologia.

Segundo Monteiro (1984), na atual região metropolitana de São Paulo localizavam-se sobretudo indígenas de fala Tupi: os Tupiniquim. Na região do alto vale do Paraíba, situavam-se os Guaianá, que estendiam-se até as imediações de Piratininga, mantendo estreitas relações com os Tupiniquim locais. Nos arredores da Mantiqueira, localizavam-se os Maromimi, Muiramomi ou Guarulhos.

Calorosa discussão travou-se durante muito tempo em torno da classificação linguística e etnográfica dos Guaianá, os quais foram por vezes identificados com os Tupiniquim e, por vezes, considerados como tribo de classificação étnica e linguística não Tupi (provavelmente ancestrais dos Kaingang, de família linguística Jê). Segundo Schaden (1954: 394),

"parece não haver dúvida de que a denominação Goianá e suas variantes se aplicava a tribos inteiramente diversas umas das outras".

Dizia Sampaio em 1908 que:

"o português, invasor, superior ao gentio, não pelo numero, mas pelas armas e por sua civilização, julgou sempre de boa política, aliar-se aos Tupis para, com o concurso delles, dominar o país e, como aliado, esposou os odios e preconceitos tradicionaes do selvagem amigo". "Os jesuítas, a quem tanto devemos na formação de nossa nacionalidade, não teriam assentado os seus arraiaes em S. Vicente, não lhe teriam dado tão manifesta preferencia se o gentio dessa capitania não fosse o Tupi. Os broncos 'tapuyas' não se lhes mostraram nunca capazes de uma boa catechese" (Sampaio, 1911: 199/200).

O problema, portanto, segundo o autor acima, não era se os indígenas de Piratininga eram Tupi ou não, mas, em sendo certamente Tupi:

"qual o seu nome particular como nação ou tribu? 'Tupinakim' ou 'Guayanã'? O 'Tupinakim' é o mesmo 'Guayanã' ou o 'Tupinakim' é Tupi e o 'Guayanã' tapuya?" (Sampaio, 1911: 200).

Diz Monteiro (1984) que os portugueses distinguíam claramente entre Tupiniquim e Guaianá. Gabriel Soares de Sousa, no século XVI, destacava as diferenças entre ambos, falando dos Guaianá:

"é gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá: são grandes flecheiros e inimigos de carne humana".

Entre os Tupiniquim, contrariamente, *"entrosavam-se as atividades da caça e pesca com as da lavoura, esta realizada com recursos bastante rudimentares e segundo o sistema da coivara"* (Schaden, 1954: 390).

O valor guerreiro era uma das motivações fundamentais da cultura Tupi, estando intrinsecamente associado à caça de inimigos para o sacrifício ritual e o consumo antropofágico.

Outras diferenças marcantes são assinaladas, no que se refere à cultura material, tais como o fato de os Tupi dormirem em rede e os Guayaná sobre esteiras no chão. As aldeias Tupi compunham-se de grandes habitações retangulares, com teto abobadado, recoberto por folhas de palmeira, distribuídas irregularmente no espaço. Os produtos pescados ou caçados eram moqueados e assados em espetos colocados sobre fogueiras externas às habitações.

Também o enterramento dos mortos em igacabas de cerâmica, dispostas próximas às cabanas ou em seu interior, distinguíam os Tupi de seus vizinhos. Suas vasilhas de cerâmica eram confeccionadas pela técnica do acordelamento, apresentando-se ora simples, ora decoradas com motivos digitais, ungueais, impressos, estriados, roletados, nodulados ou incisos. A decoração mais complexa era a pintada, que consistia na pintura de linhas retas ou curvas, pretas, vermelhas ou pretas e vermelhas, formando motivos variados, aplicadas sobre um fundo branco. As formas e tamanho das vasilhas variavam de acordo com suas funções.

Sobre os Maromimi ou Guarulhos, acima mencionados, pouquíssimas são as informações existentes sobre sua organização social e econômica. Diz Monteiro (1984) que sabe-se que eram de língua não-Tupi, que resistiram bravamente à colonização dos portugueses e à escravização e que talvez fossem relacionados com os Guaianá.

Hoje, parece haver consenso em torno do fato de que o território compreendido pela maior parte da atual região metropolitana de São Paulo era ocupado efetivamente por tribos Tupiniquim, estando os Guaianá, como dito no início, localizados mais a nordeste e

os Maromimi ou Guarulhos nos contrafortes da Mantiqueira.

A distribuição espacial indígena acima descrita, encontrada pelos portugueses que chegaram às terras paulistas no início do século XVI, devia ser relativamente recente, conforme se depreende de um documento manuscrito encontrado na biblioteca de Évora, de autoria atribuída ao Padre José de Anchieta, no qual se menciona terem os Tupi assenhoreado-se dos campos de Piratininga depois de bater e repelir para o interior os Guaianá (Freitas, 1911).

A respeito, diz Sampaio (1978a: 202-203):

"os índios da aldeia de Jeribatiba, da tribo de Caiubi, como os de Piratininga da tribo de Tibiriça, isto é, os catequizados pelos Padres da Companhia em S. Paulo, eram todos a nação Tupiniquim, e assim sendo, esta nação estendia o seu domínio do litoral aos campos de cima da serra, pelo sertão dentro. É de supor então que, tendo começado a invadir este território pelo lado do mar, o Tupiniquim, em época precedente à chegada dos europeus, conseguiu expulsar o gentio primitivo, o Guaianá provavelmente, repelindo-o para o interior, forçando-o a refugiar-se nas matas sobre a serra, nas montanhas, onde permanecia ilhado, em núcleos dispersos, diante da invasão inimiga para ele irresistível. (...) O Guaianá era, portanto, um vencido, refugiado nas matas, oculto nas montanhas, donde descia somente em ocasião azada para uma surpresa ao inimigo, na faina das vinganças inolvidáveis".

De qualquer modo, *"convivendo, guerreando ou evitando-se no início do século XVI, estes antigos habitantes da região paulista acabaram compartilhando uma experiência em comum: o trágico encontro com a civilização europeia. Cada grupo reagiu de maneira distinta, alguns se defendendo, outros se entregando, mas o resultado a longo prazo não variou. De todos esses povos, restam hoje apenas vestígios toponímicos"* (Monteiro,

1984: 26).

A grande maioria dos indígenas da família etnolinguística Jê parece ter penetrado no atual território paulista apenas em períodos pós-cabralinos, vindos do norte e noroeste (Caiapó, entre os rios Grande e Tietê); do nordeste (Puri, no vale do Paraíba); do sul (Caingang, entre os rios Paranapanema, Ribeira de Iguape e Tietê) e do oeste (Xavante, nas margens do Rio Paraná).

Para o período relativo à primeira metade do século XVI, as dificuldades de reconstituição histórica são quase tão graves quanto as acima apontadas para a ocupação indígena, sendo as fontes as mesmas para ambos os casos. Sobre os períodos posteriores, a documentação escrita torna-se mais abundante e precisa.

Sobre a história pré-afonsina de São Paulo quase nada se conhece. Sabe-se apenas, como diz Moraes (1945: 822), que

"náufragos, aventureiros de toda sorte já estavam, nas primeiras décadas do século XVI, estabelecidos no litoral e até serra acima. Formavam três núcleos: São Vicente, Cananéia e Santo André".

Segundo o autor acima, a missão de Martim Afonso de Sousa não teve, portanto, o objetivo de formar um núcleo de povoamento, mas aproveitar os que já existiam e oficializá-los, apoiando-se, para a colonização, em homens já adaptados às novas terras.

Para o povoamento do planalto, em meados do século XVI, concorreram as dificuldades de exploração econômica da zona costeira, cujas terras eram pouco apropriadas à lavoura extensiva para fins comerciais, com as técnicas agrícolas existentes na época, o que levou os moradores da Capitania de São Vicente a procurar terras mais férteis no interior, aproveitando, para atravessar a Serra do Mar, as trilhas utilizadas pelos indígenas quando vinham ao litoral.

Uma vez que as relações estabelecidas com os indígenas nas primeiras décadas da colonização foram em geral pacíficas, baseadas no escambo, os portugueses não tiveram maiores dificuldades em aprender com eles os caminhos para a penetração no planalto.

Segundo Pinto (1903), os rumos da expansão paulista no período colonial foram sempre pré-determinados pelos caminhos indígenas organizados, tendo sido a posse das cabeceiras dos caminhos pré-cabralinos muito mais importante para a definição territorial política da colônia do que os tratados firmados

entre as metrópoles européias.

"Sabe-se que, além dos trilhos ou caminhos rudimentares mais ou menos batidos, pondo em comunicação as varias tribus que habitavam regiões proximas, havia estradas extensas, construídas pelo gentio, comunicando varios pontos do litoral com o mais longinquo interior do paiz" (Pinto, 1903:9).

O primeiro "caminho do mar", portanto, foi, segundo Reis (1982), a picada que ligava os Tupi do litoral com seus parentes de Piratininga. Por ele chegaram os primeiros povoadores brancos ao planalto. O caminho iniciava-se no porto velho de Piaçaguera, subia a Paranapiacaba pela margem direita do Rio Quilombo até suas cabeceiras, no Alto da Serra, a partir de onde seguia em direção a NO, passando ao longo do Rio Tamanduateí (antigo Piratininga), até sua foz, no Tietê³.

Os fatores que atraíram os colonos portugueses para o planalto foram a existência de uma cobertura vegetal mais aberta (os "campos" de Piratininga), portanto muito mais fácil de explorar, se comparada ao denso revestimento florestal do litoral; solo muito melhor para o desenvolvimento de atividades agrícolas e existência de mão-de-obra farta, representada pelas tribos indígenas lá estabelecidas (Prado Jr., 1989).

Efetivamente, os povoados e aldeamentos estabelecidos no planalto passaram a responder pelo fornecimento de produtos agrícolas e de gado vacum para as vilas e povoados da costa paulista. Inclusive, as condições climáticas locais permitiam o cultivo de algumas das espécies vegetais com as quais os portugueses estavam habituados na Europa.

Devido à pobreza da capitania, estas atividades não podem ser consideradas como geradoras de riquezas, mas permitiram a sobrevivência dos povoadores do território paulista nos séculos XVI e XVII, quando o apresamento de índios para abastecer de mão-de-obra as lavouras canavieiras florescentes do nordeste tornou-se uma prática econômica mais vantajosa, que veio somar-se às atividades rurais para o sustento da população paulista. A consequência da busca desenfreada de mão-de-obra nativa foi o aumento brutal da hostilidade dos indígenas contra os colonos e o abrupto decréscimo demográfico do gentio da terra.

Os indígenas apresados inicialmente

eram quase sempre de tribos distintas daquelas com as quais os colonos travaram relações de amizade e mesmo parentesco, das quais dependiam para a exploração do território que desconheciam.

Para os jesuítas, o interesse pelo campo residia, antes de tudo, no fato de este constituir-se em verdadeiro "viveiro de catecúmenos". Outro interesse, no entanto, devia-se ao fato de que os campos de Piratininga possuíam um papel estratégico dentro dos quadros de povoamento pré-colombiano, cumprindo importante função em relação com as comunicações com o interior, em particular com a mesopotâmia paraguaia. O primitivo caminho indígena para o interior, o *Peabiru*, cedo foi conhecido e aproveitado pelos jesuítas, que o denominaram "*caminho de São Tomé*" (Petrone, 1995: 43/44).

De acordo com o autor acima, o mais significativo instrumento utilizado pelos europeus para a colonização do território foi a criação de aldeamentos indígenas, onde populações nativas em processo de "civilização" eram reunidas, inicialmente sob responsabilidade de ordens religiosas, principalmente jesuítas, mas também sob responsabilidade de leigos, em especial a partir do início do século XVII, os quais eram nomeados *administradores* pela Câmara da Vila de São Paulo.

A distribuição geográfica dos aldeamentos, implantados geralmente em terras elevadas, próximas a cursos d'água, não era aleatória, mas obedecia aos seguintes fatores:

- a) localização tradicional de aldeias indígenas pré-existent, para as quais já se podia contar com as próprias trilhas criadas pelos índios (caso, por exemplo, dos aldeamentos de Embu e Carapicuíba);
- b) necessidade de defesa da Vila de São Paulo, em particular, e de todo o sertão de Piratininga, em geral, dos ataques de outros grupos indígenas (caso, por exemplo, dos aldeamentos de Itaquaquetuba e Guarulhos).

Este último fator levou à formação de um verdadeiro cinturão de aldeamentos em torno do núcleo urbano de São Paulo, conforme pode ser visto na fig. 1.

Segundo Petrone (1995), ser habitante da Vila de São Paulo ou de qualquer outra não significava necessariamente viver no aglomerado urbano, mas nele possuir residência e participar de atividades urbanas.

³ Segundo Pereira, 1936, este caminho foi rigorosamente adotado posteriormente, para o traçado da S. Paulo Railway.

O fato real era que se vivia principalmente na área rural, tendo sido a concessão de sesmarias o instrumento dominante do processo de organização do espaço econômico.

De acordo com Machado (1980), era nas grandes propriedades rurais, ligadas sempre a uma vila, que se obtinha os materiais para as edificações, para a fabricação dos utensílios agrícolas e domésticos, para a confecção de vestuários e para a obtenção de meios de transporte e comunicação (canoas, carros de boi e tropas).

Nessas propriedades rurais, era importante possuir um grande número de indígenas, não apenas escravizado, para os serviços cotidianos das fazendas, mas também amigo, com o qual se pudesse contar para a defesa. Por isto, Sampaio (1978b) comenta que era comum, na segunda metade do século XVI, os potentados da época permitirem a manutenção ou a instalação de aldeias indígenas em suas terras.

As aldeias acima é que acabaram dando origem aos aldeamentos religiosos, que fixaram os índios nos locais doados pelos proprietários das terras aos padres.

Os aldeamentos que circundavam a Vila de São Paulo de Piratininga no século XVII eram os seguintes, de acordo com sua localização:

- 1) *No vale do Rio Tietê*: Itaquaquetuba, São Miguel e Guarulhos (do séc. XVI); Barueri e Carapicuíba (do início do séc. XVII).
- 2) *No vale do Rio Pinheiros*: Pinheiros (do séc. XVI), Embu (antigo M'Boy) e Itapeccica (do séc. XVII).
- 3) *No vale do Rio Paraíba*: Escada e São José (do séc. XVI).
- 4) *No litoral*: Peruíbe (do séc. XVI).

A consequência deste processo foi a mestiçagem étnica e cultural da população aldeada, através de alianças entre índios de tribos distintas, colonos e depois negros, num processo de caboclicização e formação de bairros rurais em torno do aldeamento, com uma cultura mista que está nas origens da chamada "cultura caipira", que, de acordo com Petrone (1995), dominou o cinturão rural que cercava a área metropolitana de São Paulo durante o século XIX e a 1ª metade do século XX.

A importância dos aldeamentos no processo de colonização de São Paulo, em termos demográficos e quantitativos, pode ser demonstrada comparando-os com os núcleos urbanos portugueses da mesma época, a saber: São Vicente, Santos e Itanhaém (criados no séc. XVI, no litoral); Santo

André, São Paulo, Santo Amaro (originado da antiga aldeia indígena de Ibirapuera), Mogi das Cruzes, Parnaíba e Juqueri (criados no séc. XVI, no interior) e Nossa Senhora do Ó, Penha, Atibaia e Nazaré (criados no séc. XVII, no interior).

Embora no século XVII o número de núcleos urbanos fosse ligeiramente maior que o de aldeamentos (12 contra 11, pois Santo André da Borda do Campo desapareceu ainda no séc. XVI), é importante lembrar que a densidade demográfica dos aldeamentos era em geral incomparavelmente maior do que a dos povoados e vilas coloniais. Além do reduzido número de colonos que habitavam a capitania, contribuiu para isto o fato, já mencionado anteriormente, de que o processo de povoamento do território paulista foi marcado por seu caráter de dispersão rural, com chácaras situadas à beira dos antigos caminhos indígenas, posteriormente transformados em rotas de bandeirantes e de tropeiros.

A atividade bandeirantina de apresamento foi extremamente favorecida pelo fato de a Vila de São Paulo de Piratininga encontrar-se em posição geográfica extraordinariamente vantajosa, favorecida, como diz Prado Jr. (1989), por um relevo suave e vales largos que procuram o interior do país, além de a região contar com os já mencionados caminhos indígenas que, segundo Marcílio (1973), além de partir em todas as direções, indicavam o meio de transpor os obstáculos topográficos.

Também os rios eram importantes estradas nessa época. Segundo Sampaio (1978a: 163),

"eles demandavam o menor esforço para os grandes transportes, eram estradas seguras para as investidas nos sertões, oferecendo sempre defesa contra os ataques súbitos dos selvagens, e proporcionando alimento inesgotável com o peixe e com a caça sempre abundantes. Embarcados na sua canoa, o padre, o negociante, o fazendeiro, o simples homem do povo podiam atingir qualquer ponto dentro da zona povoada em torno de Piratininga".

A terra em si, no século XVII, possuía pouco valor intrínseco - a valorização do fundo agrário relacionava-se proporcionalmente ao acesso à mão-de-obra indígena. Com o aumento do número de expedições de apresamento, a expansão territorial, a partir

de 1600, assumiu novas características. As modestas doações de terrenos municipais cedem lugar a vastas sesmarias, como o principal modo de distribuição do solo rural. Entre 1600 e 1644, pelo menos 250 sesmarias foram concedidas na região de São Paulo (Monteiro, 1994: 103-104).

Segundo Morais (1945: 826), a sesmaria foi um dos processos mais comuns de povoamento de São Paulo. *"Requeria-se uma sesmaria, alegando alguém não ter terras suficientes para manter a família, pretender ir povoar determinado lugar; etc. (...) Estabelecia-se o povoador no lugar mais apropriado e começava a cultivar. Dessa fazenda é que vai nascer mais tarde o núcleo do povoamento"*. Diz o autor que a sesmaria, entretanto, foi mais importante para o povoamento rural, esparsa, que para o povoamento concentrado em forma de cidade.

Sobre a vida rural paulista nos séculos XVII e XVIII, comenta Machado (1980) que era nas grandes propriedades rurais, ligadas sempre a uma vila, que se obtinha os materiais para as edificações, para a fabricação dos utensílios agrícolas e domésticos, para a confecção de vestuários e para a obtenção de meios de transporte e comunicação (canoas, carros de boi e tropas).

Bruno (1966: 53) vale-se dos trabalhos de Luís Saia para explicar que foi provavelmente entre o final do século XVI e o início do XVII que começou a se definir em São Paulo

"um tipo característico de casa rural, cujos delineamentos principais resultaram da utilização de determinados engenhos de trabalho e sobretudo da necessidade de acomodar centenas de bugres e de bugras segregados da família dominante. Na parte da habitação reservada a essa indiada numerosa deviam se ostentar ainda os traços da cultura material e dos costumes dominantes nas próprias moradias indígenas tal como foram descritos pelos cronistas primitivos: cada lar com seu fogo e suas redes armadas, transpostos dessa forma para os taipais dos brancos em que de noite ficavam fechados".

Segundo Monteiro (1994: 171):

"Ao longo do século XVII, as habitações indígenas figuravam

com certo destaque nas paisagens urbana e rural, sendo explicitamente ligadas às esferas de trabalho nos dois ambientes. (...) No campo, as casas dos trabalhadores índios localizavam-se perto das roças. (...) No início do século, os índios vinculados às fazendas compartilhavam casas extensas, denominadas tijupares, que, possivelmente, se assemelhavam às habitações pré-coloniais das sociedades guarani. Com o passar do tempo, porém, estas construções começaram a assumir características da arquitetura colonial paulista. Passaram a ser cobertas de telha em vez de palha e organizadas em lances de casas unifamiliares, a exemplo das habitações rurais e urbanas das camadas dominantes. Finalmente, no início do século XVIII, quando a presença africana começou a se firmar na região, estas unidades habitacionais passaram a ser chamadas de senzalas".

Com a formação de bandeiras para busca de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XVII, processo que cresceu consideravelmente no século XVIII, vários caminhos foram explorados, em torno dos quais foram-se formando núcleos urbanos, para atendimento às necessidades de pouso e alimentação dos bandeirantes, num processo de expansão do povoamento do interior paulista.

Três desses caminhos interessam particularmente à história e arqueologia paulistas, a saber:

- 1) o que ia de São Paulo para Minas Gerais, seguindo o rio Paraíba do Sul e atravessando os contrafortes da Mantiqueira, que não será explorado neste artigo
- 2) o que ia de São Paulo para Goiás, atravessando os rios Atibaia e Jaguari, percorrido inicialmente por Bartolomeu Bueno da Silva, o "Anhanguera", o qual acabou-se transformando na estrada de Goiás (posteriormente, Rodovia Anhanguera),
- 3) e o caminho novo que ia de São Paulo para Minas Gerais, através de Atibaia, explorado a partir do século XVIII, visando as minas dos Cataguazes, o qual seguia, no Estado de São Paulo,

o mesmo roteiro que veio depois a ser aproveitado para a construção da Rodovia Fernão Dias, o qual já foi discutido em Caldarelli *et alli*, 2001.

Com o declínio das expedições bandeiristas, a capitania entrou num processo de estagnação na segunda metade do século XVIII, o qual começou a reverter-se apenas no final do século, com a introdução da agricultura do algodão e do açúcar, entre outros produtos. A era das bandeiras cedeu lugar à das monções e tropas de mulas. Segundo Morse (1975: 37),

"situada favoravelmente para essas atividades, São Paulo tornou-se, não um entreposto opulento, é certo, mas ao menos um modesto entreposto".

No começo do século XVIII, o movimento maior e mais constante nos caminhos paulistas era, portanto, o das tropas de burros. Os caminhos que irradiavam da cidade de São Paulo continuavam, no entanto, com algumas variações, a percorrer sempre as velhas trilhas indígenas e permaneciam rudimentares como na era setecentista.

O ciclo do açúcar paulista foi tão importante, que Ellis Jr. (1950) comenta que, sem ele, teria sido impossível a expansão cafeeira posterior. A linha de povoamento desloca-se das bodas da depressão periférica em direção oeste até quase metade do atual território paulista, levando ao desenvolvimentos de novos núcleos urbanos (Matos, 1990).

O restante do atual interior paulista contava com informação tão escassa que, até meados do século XIX, o extremo oeste paulista figurava, nos mapas da época, com a indicação de *sertão desconhecido*.

Até a proclamação da Independência do país, no território paulista só se encontravam povoações nas proximidades das grandes estradas atrás mencionadas, consolidadas no período da conquista dos sertões, a partir de antigos caminhos indígenas, e agora percorridas em lombo de mula.

De acordo com Matos (1990), os ranchos, elementos complementares às estradas, eram de extrema importância para o sistema viário do interior paulista. Construídos pelos fazendeiros à margem das estradas, de grandes dimensões e muito precários, eram praticamente os únicos alojamentos de que dispunham os viajantes. Segundo Kidder (1972), não passavam de uma cobertura de sapé sustentada por moirões (portanto, de baixíssima, se não nula, visibilidade arqueológica). *"De raro*

em raro, encontram-se ranchos fechados" (Kidder, 1972: 177).

Matos (1990) comenta que, durante todo o período imperial, continuou a se desenvolver, no planalto paulista, um sistema de comunicações, seja buscando melhorar as estradas abertas pelos pioneiros, seja abrindo novas trilhas. No entanto,

"Para o oeste de São Paulo, até a época da independência, os caminhos não vão muito além do quadrilátero do açúcar. Para Mato Grosso utilizava-se a via fluvial – a rota das monções – único caso no Brasil meridional de utilização freqüente e a longa distância de cursos de rios" (Matos, 1990: 36-37).

O povoamento efetivo do oeste deu-se apenas por volta de 1855-60, quando mineiros pobres migraram de Minas Gerais para terras paulistas. Aproveitando-se do fato de os limites geográficos das sesmarias serem muito vagos, esses imigrantes apossaram-se de terras supostamente devolutas e promoveram a ocupação efetiva da região, plantando as terras, abrindo currais e dizimando os últimos indígenas.

O reconhecimento das terras do oeste paulista como muito superiores às do Vale do Paraíba para o cultivo do café impulsiona definitivamente a ocupação dos outrora *sertões desconhecidos*, extremamente beneficiada pela expansão da rede ferroviária iniciada em 1866, com a inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

A penetração mineira, dirigida para os vales do Tietê, Paranapanema e, posteriormente, Paraná, sucedeu-se a penetração fluminense, no início da República, em direção aos vales dos rios Grande, Mogi-Guaçu e Pardo (Matos, 1990). E junto com eles ia chegando a estrada de ferro.

As estradas de ferro vão-se amoldar à estrutura existente, segundo Prado Jr. (1989), irradiando-se a partir do núcleo urbano de São Paulo e repetindo, com pequenas variantes, os antigos caminhos de penetração da Capitania, fluviais e terrestres.

"A rede de estradas de ferro paulista, bem como a de rodagem, deseja-se na carta de São Paulo 'como uma vasta mão espalmada', para repetir a expressão feliz que Teodoro Sampaio empregou quando se referiu aos predecessores destas vias modernas na antiga capitania. Para nordeste, servindo

o vale do Paraíba, é a Central do Brasil, para a zona de Atibaia e Bragança, a Bragantina, para NNO, percorrendo a faixa que fica ao Norte do Tietê, e onde se concentra a maior população e riqueza do Estado, as companhias Paulista e Mogiana; entre o Tietê e o Aguapeí, a Noroeste do Brasil (designação esdrúxula e sem sentido real); entre este último rio e o do Peixe, a chamada Alta Paulista (...); e finalmente, entre o Peixe e o Paranapanema, a Sorocabana" (Prado Jr., 1989: 47/48).

E nesse processo ocupacional, intensificado a partir de meados do século XIX, vão desaparecendo, física e culturalmente, os índios de língua Jê do oeste paulista, ao sul do Tietê - Kaingang (Barbosa, 1947), Oti (Baldus, 1954) – e a norte deste rio - Kayapó (Neme, 1969).

2. ARQUEOLOGIA DE SÃO PAULO: UMA SÍNTESE⁴

No Estado de São Paulo, os períodos ocupacionais para os quais os vestígios materiais são mais dependentes de estudo arqueológico para sua identificação são os relativos ao período pré-colonial (ocupação indígena) e colonial (ocupação européia), uma vez que os períodos posteriores contam com abundantes exemplares edificadas (além de documentos escritos) para orientar as áreas de interesse histórico.

Tanto a ocupação pré-colonial quanto a ocupação colonial de São Paulo encontram-se espacialmente associadas ao litoral e às mais importantes bacias hidrográficas que contornam e cortam o estado. Embora nem todas essas bacias tenham sido objeto de pesquisas arqueológicas sistemáticas e em algumas delas seja bastante precário o conhecimento produzido sobre a arqueologia regional, é possível esboçar-se, em linhas bem amplas, os episódios ocupacionais de que foram palco anteriormente à chegada do conquistador europeu e durante o período colonial.

No que concerne à zona litorânea, fontes históricas e arqueológicas registram uma área extensivamente ocupada por grupos indígenas do grupo Tupi na época

do descobrimento, os quais sucediam, por sua vez, populações mais antigas, cujos vestígios remanescentes mais significativos eram os acúmulos de conchas artificialmente formados, denominados "sambaquis".

As populações sambaquieiras que ocuparam o litoral paulista permaneceram na região por um extenso período de tempo, superior a 5.000 anos, baseando sua subsistência especialmente na coleta de moluscos e na pesca (Uchôa, 1978/79/80), já haviam desaparecido da costa paulista quando da chegada dos primeiros conquistadores europeus.

No litoral sul do estado, a Baixada de Cananéia-Iguape conta com mais de uma centena de sambaquis conhecidos, indicadores de uma ocupação da região por construtores de sambaquis que durou ao menos 4.400 anos, remontando a datação mais antiga conhecida há cerca de 5.240 anos AP e a mais recente a 840 anos AP (Uchôa e Garcia, 1979).

O litoral central, por sua vez, conta com cerca de vinte sambaquis conhecidos (Uchôa, 1978/79/80), com uma variação temporal de aproximadamente 5.425 anos, datando o mais antigo de 5.970 anos AP (região de Itanhaém) e o mais recente de 545 AP (Baixada Santista).

Já no litoral norte, a bibliografia menciona apenas quatro sítios de pescadores/coletores de moluscos pré-históricos (dois em Ubatuba e dois em Caraguatatuba), sendo que apenas um deles se enquadra na categoria tradicional dos sambaquis, enquanto os outros três entram na categoria de "sambaquis rasos" ou "acampamentos conchíferos"⁵. A única datação existente para a região é a do Sítio Arqueológico do Tenório, em Ubatuba, com 1.875 anos AP (Uchôa, 1978/79/80).

Embora os primeiros registros históricos documentem a ocupação do litoral paulista por grupos Tupi, horticultores e produtores de cerâmica, poucos são os sítios arqueológicos cerâmicos conhecidos na zona litorânea. Existem registros de alguns sítios Tupiguarani nos municípios de Iguape e Peruibe (litoral sul); no município de Praia Grande (litoral central) e no município de Ubatuba (litoral norte). Este último é um sítio de contacto com o europeu, provavelmente do século XVI. Também no litoral sul, município de Cananéia, há registro de um sítio

⁴ As referências aqui não se pretendem exaustivas; apenas foram listadas as fontes consideradas mais importantes para os aspectos discutidos.

⁵ Usamos, aqui, os termos mencionados pelos autores citados, sem entrar no mérito desses termos, o que já fizeram com muita propriedade pesquisadores que se dedicaram à problemática das populações sambaquieiras, como Gaspar, (2000) e Lima (2000).

de contacto com o europeu (Scatamacchia, 1984; Scatamacchia e Uchôa, 1993).

É importante salientar que o pequeno número de registros relativos a sítios cerâmicos no litoral paulista não necessariamente reflete a baixa ocorrência de assentamentos de populações ceramistas na região, mas a falta de pesquisa sistemática voltada para esse tipo de vestígio arqueológico, de um lado, e, de outro lado, o alto índice de destruição causado pelos assentamentos litorâneos do período histórico.

Na área metropolitana de São Paulo, por sua vez, embora hajam vários indícios de ocupação Tupiguarani e, mesmo, registro de um sítio-oficina lítico na região do Morumbi (Juliani, 1996), as pesquisas arqueológicas realizadas até o momento têm revelado em especial material histórico extremamente significativo, associado principalmente às casas bandeiristas da região (Juliani, 1996). Material histórico do período colonial de grande relevância científica tem sido registrado também nos municípios de Mogi das Cruzes (Andreatta, 1993), Jundiaí (Morales, 2000), nos arredores da Rodovia Fernão Dias, nos municípios de Atibaia e de Bragança Paulista (Caldarelli *et alii*, 2001) e ao longo da Rodovia Carvalho Pinto, no vale do Paraíba Paulista (Caldarelli, 2003).

Quanto ao interior do estado, a transição entre o litoral e o planalto é representada pela Bacia do Rio Ribeira de Iguape, onde cerca de 30 sítios conchíferos de pescadores-coletores foram registrados no baixo e médio cursos do rio, geralmente em áreas aplainadas de fundo de vale no médio curso e em topografias variadas no baixo curso (Barreto, 1988; Bonetti, 1997).

Posteriormente, o Vale do Ribeira foi ocupado por caçadores-coletores, cujos sítios, a céu-aberto ou em abrigos e grutas, são diagnosticados pela ocorrência de abundante material lítico (lascas, raspadores diversos e pontas-de-projétil bifaciais), produzido pela técnica de lascamento da pedra, sílex em especial. Mais de 70 sítios líticos foram registrados na região, geralmente ocupando as porções mais fundas dos vales intermontanos (De Blasis, 1991).

Mais recentemente, o médio Vale do Ribeira foi ocupado por populações horticultoras, produtoras de cerâmica. Cerca de 90 sítios cerâmicos foram registrados no médio curso do rio, geralmente localizados em porções de relevo colinar, preferencialmente

na média vertente. Associados às aldeias e acampamentos, ocorrem cemitérios constituídos por uma sucessão de montículos cônicos de terra e pedras, dispostas circularmente da base ao topo das elevações. As características gerais da cerâmica, composta de vasilhas normalmente pequenas, de tipo em geral simples, feitas pela técnica do acordelamento e usando antiplástico de areia, permitem inseri-la na grande tradição ceramista meridional Itararé (González, 1991). No baixo curso do vale, por sua vez, há registro de sítio cerâmico da Tradição Tupiguarani no município de Registro (Scatamacchia, 1984).

Na Bacia do Rio Paraíba do Sul, por falta de pesquisa sistemática, uma ocupação mais antiga, por caçadores-coletores, encontra registro, até o momento, apenas na região da Serra da Mantiqueira, no Distrito de São Francisco Xavier, município de São José dos Campos⁶, onde ocorrem peças líticas lascadas, dentre as quais destacam-se as pontas de projétil bifaciais.

Quanto aos grupos horticultores, a ocupação mais antiga do vale do Paraíba está representada por sítios cerâmicos da Tradição Aratu, com múltiplos enterramentos em urnas funerárias não decoradas, tendo sido registrada em Natividade da Serra e de Caçapava para jusante (Caldarelli, 2002). Trata-se de uma ocupação bastante extensa, com evidências em vários dos municípios do vale, e duradoura, ocorrida ao menos entre 870 e 590 a.C (datações obtidas no Sítio Caçapava 1),

"precisamente no contexto de diversificação cultural e pressões populacionais exercidas por outros grupos indígenas, antes da conquista européia" (Gomes, 2002).

A cerâmica registrada na região apresenta os atributos típicos da tradição: antiplástico mineral; vasilhas ovóides, globulares e semi-globulares, com contornos simples e infletidos; profusão de enterramentos (simples e múltiplos) em urnas funerárias, tampadas com vasilhas em forma de calota, fragmentos de vasilhas e até mesmo por uma pedra achatada retangular e, em vários casos, vasilhas menores como acompanhamento funerário⁷.

De período mais recente, ocorrem sítios da Tradição Tupiguarani, com seus motivos e técnicas decorativos característicos,

⁶ Informação de Wagner Gomes Bernal

⁷ Este trabalho será publicado em livro financiado pela DERSA-Desenvolvimento Rodoviário S/A, no ano de 2003.

registrados em vários municípios da região (González & Zanettini, 1999).

Uma bacia de reconhecida importância arqueológica é a Bacia do Rio Paranapanema, onde os sítios líticos de caçadores-coletores são frequentes em toda sua extensão, ocorrendo muitas vezes enterrados em profundidades que os manteriam preservados, não fossem as grandes obras impactadoras do meio ambiente. Esses sítios, a céu aberto, são diagnosticados pela abundante presença de material lítico lascado, em geral unifaciais e confeccionado preferencialmente sobre arenito silicificado, embora também ocorram artefatos de sílex e de quartzo. Chegam a atingir 7.000 anos AP (Moraes, 1992). Na região do alto Paranapanema e de seus formadores, ocorrem também vestígios arqueológicos em grutas e abrigos-sob-rocha, inclusive sinalações rupestres gravadas nas paredes. É esta, também, a única região do Estado de São Paulo com ocorrência de casas subterrâneas, às quais possivelmente encontram-se associados artefatos líticos polidos (mãos-de-pilão, almofarizes e lâminas de machado polidas) e cerâmica de Tradição Itararé (Prous, 1979; Araújo, 2001).

No restante do vale do Paranapanema, todos os sítios cerâmicos registrados apresentam cultura material com atributos atribuídos à Tradição Tupiguarani, correspondendo geralmente a grandes aldeias, implantadas preferencialmente em flancos de colinas. Pela necessidade de usar as terras de fertilidade alta ou média para os trabalhos agrícolas, os sítios cerâmicos encontram-se quase sempre em latossolo roxo, vermelho-escuro orto ou vermelho amarelo. A chegada das populações portadoras de cultura Tupiguarani na região ocorreu entre 1.200 e 1.000 anos AP.

De ocorrência rara no vale do Paranapanema são os sítios de arte rupestre, dos quais se tem notícia, até o momento, apenas no município de Narandiba. Correspondem geralmente a conjuntos de gravuras executadas seja em pisos de basalto da Formação Serra Geral, nas margens de cursos d'água, seja em paredões rochosos das escarpas da Formação Marília (Kunzli, 1991).

A Bacia do Rio Paraná, de grande relevância arqueológica, inclusive como eixo migratório de culturas vindas de porções mais meridionais da América do Sul, tem sido objeto de pesquisa principalmente em decorrência das usinas hidrelétricas da CESP na região, as quais revelaram, até o momento, uma situação semelhante à da Bacia do

Paranapanema, com sítios pré-cerâmicos, de caçadores-coletores, caracterizados por abundantes artefatos líticos lascados, aflorados em superfície ou enterrados, e por sítios cerâmicos, produzidos pelos horticultores da Tradição Tupiguarani.

Na Bacia do Rio do Peixe, importante tributário do Rio Paraná, devido à ausência quase que absoluta de pesquisa arqueológica, há registro de apenas dois sítios arqueológicos cerâmicos, da Tradição Tupiguarani. Na Bacia do Rio Aguapeí ou Feio, outro importante tributário do Rio Paraná, por sua vez, também por causa da ausência de pesquisa arqueológica sistemática, há registro de apenas um sítio arqueológico, da Tradição Casa de Pedra ou Itararé (Miller, 1972). A presença da Tradição Itararé nessa região indica o quão pouco ainda se conhece sobre a arqueologia da região oeste do Estado de São Paulo, reforçando a necessidade de extremos cuidados com a questão arqueológica, no caso de empreendimentos de impacto ambiental nessa região.

A Bacia do Rio Tietê foi objeto de pesquisa em alguns trechos de seu alto, médio e baixo cursos. Os achados no alto e médio vale revelam uma ocupação mais antiga, por caçadores-coletores, ali chegados por volta de 6.000 anos AP, produtores de artefatos líticos lascados, dentre os quais destacam-se as pontas de projétil bifaciais e raspadores diversificados de pequenas dimensões, usando o sílex como matéria-prima preferencial. Seus sítios arqueológicos, predominantemente a céu aberto, encontram-se em geral aflorados à superfície do solo, sendo, portanto, extremamente vulneráveis a qualquer tipo de alteração no uso do solo que lhes serve de matriz (Miller Jr., 1972; Caldarelli, 1983; 1984).

Ainda no médio vale do Tietê, nos municípios de Analândia, Corumbataí e Ipeúna, foram localizados, por Guy C. Collet, da Sociedade Brasileira de Espeleologia, na zona escarpada da borda do planalto arenítico-basáltico, cinco abrigos-sob-rocha com sinalações rupestres gravadas nas paredes e, no solo, artefatos líticos lascados, de sílex e arenito silicificado, em bom estado de conservação, indicando o importante potencial arqueológico das cuestas basálticas paulistas (Caldarelli & Caldarelli, 1989).

Pesquisas realizadas pela USP no médio e baixo vale do Rio Tietê, em atendimento aos projetos hidrelétricos da CESP, por sua vez, levaram à descoberta de mais de vinte sítios cerâmicos da Tradição Tupiguarani na região (Maranca, Silva e Scabello, 1994). Aliadas a

achados fortuitos e de pesquisas localizadas em outros municípios do médio e alto Tietê, essas descobertas atestam a grande dispersão dessa tradição no Estado de São Paulo.

No contexto da Bacia do Rio Grande, o Vale do Rio Mogi-Guaçu é outro importante eixo de distribuição de aldeias cerâmicas com cultura material atribuída à Tradição Tupiguarani (Caldarelli, 1983a), enquanto que o Vale do Rio Pardo aparece como importante eixo de ocorrência de sítios pré-cerâmicos, caracterizados pela ocorrência de abundantes artefatos líticos produzidos pela técnica do lascamento, dentre os quais se destacam raspadores unifaciais de grandes dimensões, confeccionados preferencialmente em arenito silicificado (Caldarelli e Neves, 1981; Afonso, 1989). Ainda no vale do Rio Pardo, ocorrem abrigos-sob-rocha com sinalizações rupestres gravadas nas paredes (Uchôa & Caldarelli, 1980). No município de Cajuru, há registro de sítios cerâmicos das tradições Tupiguarani e Neobrasileira, sendo que a Tradição Neobrasileira encontra-se registrada também no município de Serra Azul (Caldarelli & Neves, 1981).

Sítios cerâmicos a céu aberto, os quais têm sido vinculados à Tradição Aratu por seus pesquisadores (com influências de outras culturas, como o antiplástico com cariapé) aparecem associados diretamente ao Rio Grande e a seus afluentes, como os rios das Canoas, Sapucaí e Turvo, nos municípios de Franca, de Rifaina e de Olímpia e nas imediações da Represa de Água Vermelha (Fernandes, 2000; González, 2000). A Tradição Tupiguarani também se faz presente na Bacia do Rio Grande, havendo registro de sítios cerâmicos da tradição nos municípios de Franca, Guaíra e São Joaquim (Pereira Jr., 1957). Ainda pouco estudadas, essas ocorrências apontam para a importância arqueológica da região norte do Estado de São Paulo, onde populações de tradições culturais distintas se estabeleceram, sem que nenhum estudo aprofundado sobre elas tenha sido até o momento produzido.

Portanto, todo o Estado de São Paulo foi, num momento ou noutro, objeto de ocupação por diferentes populações indígenas, que deixaram vestígios materiais de suas atividades nas diversas áreas em que se assentaram. A esses vestígios, somam-se aqueles resultantes das atividades dos períodos mais recuados da história regional, em especial do período colonial, para o qual a arqueologia ainda tem muito a contribuir

em termos de esclarecimento dos processos sócio-culturais envolvidos na ocupação do território paulista.

Qualquer empreendimento que implique alteração no uso do solo, caso dos empreendimentos rodoviários, deve, portanto, considerar o estudo do contexto arqueológico de sua área de inserção, o qual implica, necessariamente, levantamentos de campo, uma vez que o conhecimento existente sobre a arqueologia paulista é extremamente fragmentário, sendo raros os locais em que existem informações escritas capazes de fornecer um quadro informativo acurado, que dirá interpretativo.

3. DESENVOLVIMENTO DA MALHA VIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme bem ressaltou Prado Jr. (1989), as principais artérias do sistema de viação da capitania paulista irradiavam-se da capital e indicavam os eixos em torno dos quais se condensou a população do planalto. O sistema rodoviário moderno seguiu os mesmos eixos, dos quais foram-se irradiando, por sua vez, novas artérias, capilarizando o sistema rodoviário paulista.

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de São Paulo considera a Estrada da Maioridade ("Caminho do Mar"), inaugurada em 1844, a primeira estrada de rodagem pública de São Paulo, uma vez que até então os demais caminhos existentes na época só permitiam o transporte de mercadorias em lombo de burro. No entanto, condições efetivas de rodagem, no sentido técnico do termo, só foram adquiridas pelo Caminho do Mar em 1863, com as modificações comandadas pelo Comendador José Vergueiro Filho, tão importantes que levaram o trecho do planalto a ser denominado de Estrada Vergueiro⁸.

O primeiro Plano de Viação do Estado de São Paulo data de 1896, por determinação do então Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com a consolidação do modo capitalista de produção, devido ao extraordinário desenvolvimento da cultura cafeeira, proprietários abastados adquiriram glebas muito além dos terminais ferroviários, retalhando-as em lotes rurais relativamente pequenos, visando à sua comercialização, a necessidade de estradas de rodagem passou a ser sentida com intensidade, quer pelos vendedores, quer pelos compradores desses lotes, que exigiam cada vez mais a participação do poder público no setor viário.

⁸ Informações retiradas de <http://www.der.sp.gov.br>, agosto/2003

No entanto,

"a falta de recursos para custear as obras previstas no plano de 1896, além de impedir a construção de novas estradas, não permitia sequer a conservação das existentes, que não passavam de simples caminhos, oferecendo péssimas condições de tráfego, mesmo para os meios de transporte da época" (<http://www.der.sp.gov.br>).

Para Reis (s/d), a rodovia foi um fato de melhoria no aproveitamento das terras do estado, como uma complementação eficiente da malha ferroviária. Monbeig (1984) comenta que, a partir de 1920, os avanços das frentes pioneiras para ocupação de novas terras, em direção ao oeste de São Paulo e ao norte do Paraná, fez-se com base em rodovias – muitas delas privadas – que foram seguidas lentamente pelas ferrovias. Quando se iniciou a implantação das ferrovias, havia na Província de São Paulo cerca de 4.600 km de estradas, precariamente conservadas (Reis, s/d).

As estradas de rodagem começaram a ser redescobertas com o desenvolvimento do automobilismo. Entre 1891 e 1907, o Brasil importou apenas 600 veículos. Entre 1908 e 1913, 9.915. Mesmo assim, nada que pudesse concorrer com o transporte ferroviário. O número de veículos no país passou a aumentar após a 1ª. Guerra Mundial. Em 1919, a Ford iniciou a montagem de veículos em São Paulo, exemplo seguido pela General Motors em 1925 (Reis, s/d).

Nessa época,

"não havia programas para construção de rodovias, não havia recursos orçamentários para essa finalidade, não havia construtoras interessadas nem operários especializados (Reis, s/d: 55).

Quando Washington Luiz assumiu a presidência do Estado de São Paulo, em 1920, tratou de implementar seus planos de dotar São Paulo de uma rede de estradas de rodagem apta à circulação de veículos a motor. Ao final de seu mandato, haviam sido construídos e conservados permanentemente 1.535 quilômetros de estradas de rodagem.

A partir de 1930, o sistema ferroviário entrou em crise e não mais se beneficiou da expansão do setor rodoviário (Rocha, 1986). Acabaram sendo as rodovias, portanto, as responsáveis pela valorização das terras em todo o território do estado, num processo que

culminou, na década de 60 do século XX, com a inauguração das super-rodovias (Reis, s/d).

A última etapa desse processo se definiu nos anos 60, com as super-rodovias, quando a formação de um mercado nacional integrado e o desenvolvimento industrial intensificaram a demanda por um sistema de transportes eficiente.

As atenções durante muito tempo centraram-se nas estradas radiais. Durante o governo Montoro, estabeleceu-se, como meta prioritária do setor rodoviário, a pavimentação de estradas vicinais, uma vez que todas as rodovias radiais já estavam pavimentadas e a malha rodoviária já se encontrava bastante fechada com a implantação e pavimentação das rodovias transversais. Importante, pois, eram as vicinais para escoamento da produção, interligando suas áreas com as de consumo. Nesse período, foram pavimentados 801 quilômetros e implantados mais 505 quilômetros de novas estradas, aumentando o total da malha rodoviária do Estado de São Paulo para 19.975 quilômetros. Entre 1986 e 1990, foram pavimentados 520 quilômetros e implantados mais 117 quilômetros de novas estradas, elevando o total da rede estadual para 20.092 quilômetros⁹.

Obras de vulto ocorreram no quadriênio posterior, tais como o início da construção da Ponte Rodoferroviária sobre o rio Paraná; o início da duplicação da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte; a implantação da Rodovia Governador Carvalho Pinto; a duplicação da Rodovia Marechal Rondon, de Botucatu a Bauru e, posteriormente, de Bauru até a divisa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Foi nesta época que a arqueologia passou a ser solicitada a realizar levantamentos prévios nos empreendimentos rodoviários do Estado, o que culminou com os projetos de levantamento e salvamento arqueológico nas rodovias Fernão Dias (Caldarelli *et alli*, 2001) e Carvalho Pinto (Caldarelli, 2003).

A partir do Governo Mario Covas, a Secretaria dos Transportes desenvolveu parcerias com a iniciativa privada, o que levou à concessão dos serviços rodoviários em 5.000 quilômetros da malha paulista, divididos em 22 lotes. A concessão abrange operação, manutenção e ampliação da infraestrutura, sendo remunerada basicamente pela receita de pedágio, conforme estabelecido no Programa de Concessões de Rodovias.

Intensificam-se os levantamentos

⁹ Fonte: <http://www.der.sp.gov.br>

e resgates arqueológicos nos empreendimentos rodoviários, devido às exigências do licenciamento ambiental desses empreendimentos, que levam as concessionárias a requisitar os serviços de arqueólogos.

4. DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS NOS TRAJETOS DOS EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS DO INTERIOR PAULISTA¹⁰

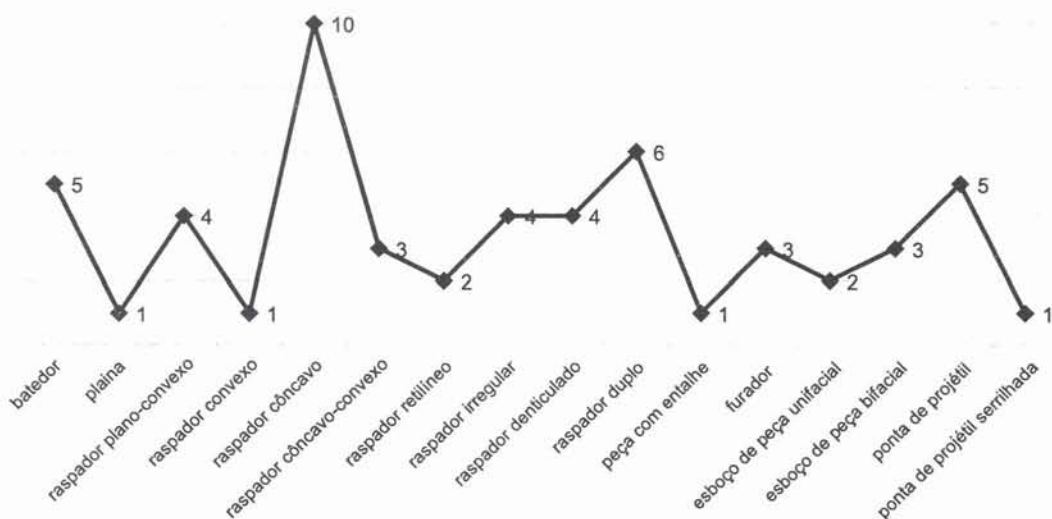
4.1. RODOVIA DOS BANDEIRANTES (SP-348)

Pesquisas arqueológicas (Scientia, 2001a) realizadas no prolongamento

de energia empregado em sua produção, apenas visando obter um gume favorável à atividade pretendida. Só as pontas de projétil bifaciais demonstram cuidado e mestria no seu preparo, corroborando a hipótese de a caça desempenhar papel social importante, conferindo prestígio a seus praticantes (Caldarelli, 1983).

Os tipos funcionais identificados foram: batedor; raspador retilíneo; raspador irregular; raspador denticulado; raspador côncavo; raspador convexo; raspador convexo de secção plano-convexa; raspador duplo; peça com entalhe; furador; ponta de projétil bifacial triangular e ponta de projétil bifacial serrilhada, além de esboços de peça

Rodovia dos Bandeirantes - Artefatos registrados



da Rodovia dos Bandeirantes, um empreendimento da concessionária AutoBAN, ampliaram a área do médio Tietê que se sabia, em especial pelos trabalhos de Miller Jr. (1972) e Beltrão (1974), terem sido ocupadas por populações caçadoras-coletoras, forrageiras, com uma intensa atividade de lascamento da pedra. Cinco foram os sítios arqueológicos ali registrados, implantados em topo, alta e meia encosta de colinas, em altitudes que variam de 515 a 640m sobre o nível do mar, sempre na proximidade de cursos d'água, dos quais distam entre 50 e 300m.

Os artefatos fabricados, expedientes, caracterizam-se pelo pequeno investimento

unifacial e de peça bifacial.

As pontas de projétil bifaciais, esmeradamente confeccionadas, fogem ao padrão dos demais artefatos, caracterizados, como dito anteriormente, por uma confecção expediente, com retoques apenas suficientes para a obtenção do gume desejado. A ocorrência de pontas de projétil sugere uma divisão sexual do trabalho, uma vez que a caça (e a pesca com arco e flecha) são tradicionalmente ocupações masculinas. O esmero na confecção das pontas de projétil implica, também, num trabalho especializado, que deveria consumir várias horas do artesão, contrariamente aos demais artefatos, que poderiam ser produzidos em alguns minutos.

¹⁰ Todas as rodovias citadas encontram-se representadas na figura 1.

A matéria-prima predominante foram os seixos de sílex e, mais raramente, seixos de quartzo. Ambas as matérias-primas ocorrem na região: o sílex sob a forma de afloramentos rochosos e sob a forma de seixos rolados pelos rios, e o quartzo apenas sob a forma de seixos rolados. Embora seja difícil falar em padrão de assentamento, uma vez que a pesquisa cingiu-se à faixa de domínio da rodovia, não contemplando a diversidade dos compartimentos ambientais da região, os sítios parecem estruturar-se num padrão disperso, típico de populações caçadoras-coletores que vivem em ambientes uniformes, nos quais os recursos naturais encontram-se distribuídos de forma semelhante (Orme, 1981). Os sítios encontravam-se, por ocasião da pesquisa, já bastante alterados pelos sucessivos trabalhos agrícolas no decorrer do século XX.

Comparando-se os artefatos líticos dos sítios da Rodovia dos Bandeirantes com os artefatos registrados por Miller Jr. (1972) em sítios da região de Rio Claro e por Moraes (1983) no Sítio Caiuby, município de Santa Bárbara d'Oeste, notam-se as seguintes correspondências, apesar das diferenças de terminologia entre os autores:

Artefato	Rod. Band.	Caiuby	Rio Claro
Raspador convexo	X	X	X
Raspador côncavo	X	X	X
Raspador retilíneo	X		
Raspador denticulado	X		X
Raspador duplo	X	X	X
Raspador plano-convexo	X		X
Peça com entalhe	X	X	X
Peça com bico		X	X
Plana	X		
Furador	X		X
Peça unifacial	X		X
Peça bifacial	X	X	
Ponta de projétil triangular	X		X
Ponta de projétil serrilhada	X		X

Pode-se, portanto, pensar que a caça, além de ser um meio de aquisição de alimentos, deveria ter para a população pré-histórica um papel muito importante do ponto de vista social. Neste sentido,

"aprender a fabricar pontas de projétil e a caçar deveriam ser atividades fundamentais na educação masculina, sendo a habilidade nestes domínios fator de prestígio do indivíduo e elemento fundamental da estrutura social" (Caldarelli, 1983: 298).

No que concerne às datas obtidas, tem-se o seguinte quadro, computando as datas obtidas pelos diversos pesquisadores que trabalharam na área¹¹, sempre AP (Antes do Presente):

Sítio	Município	Pesquisador	Datação
Água Ronca	Rio Claro	Uchoa & Garcia	6.160 ± 180 AP
Alice Bôer	Rio Claro	Beltrão	6.135 ± 160 AP
Alice Bôer	Rio Claro	Beltrão	6.085 ± 160 AP
Alice Bôer	Rio Claro	Beltrão	6.050 ± 100 AP
Caiuby	Sta. Bárb. d'Oeste	Morais	5.540 ± 120 AP
Pau d'Alho	Rio Claro	Uchoa & Garcia	5.505 ± 105 AP
Pau d'Alho	Rio Claro	Uchoa & Garcia	4.140 ± 245 AP
Santa Rosa	Rio Claro	Miller Jr.	4.530 ± 290 AP
Santa Rosa	Rio Claro	Miller Jr.	3.600 ± 480 AP
Santa Rosa	Rio Claro	Miller Jr.	3.080 ± 455 AP
Toledos	Sta. Bárb. D'Oeste	Caldarelli	2.900 ± 200 AP
Toledos	Sta. Bárb. D'Oeste	Caldarelli	2.700 ± 200 AP

4.2. RODOVIA ANTÔNIO ROMANO SCHINCARIOL (SP-127)

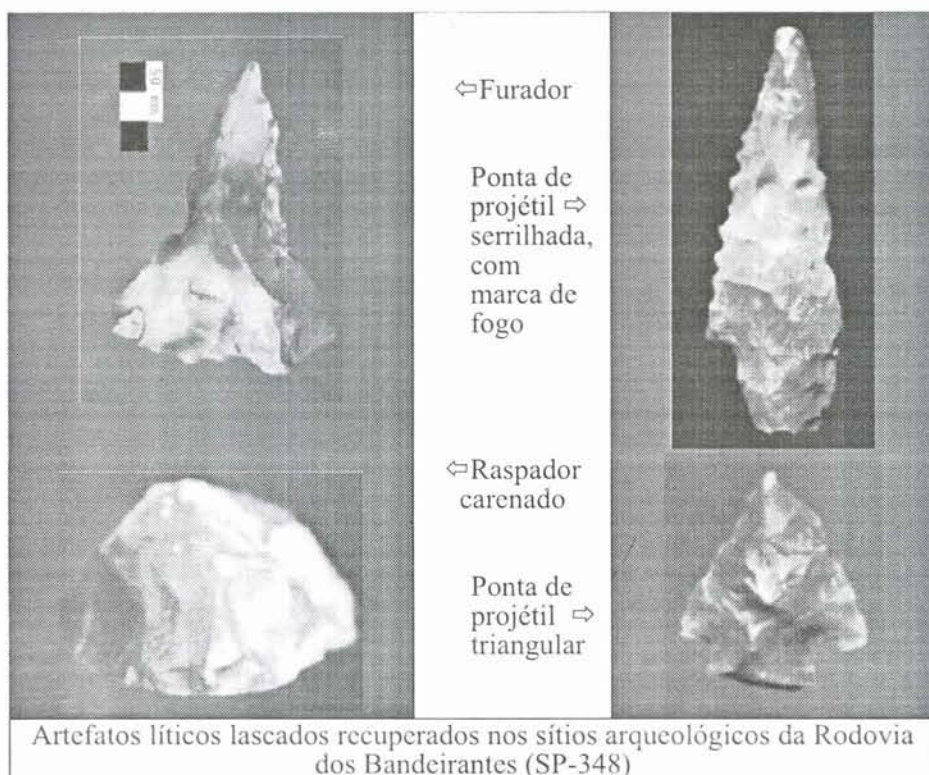
O município de Itapetininga, no qual se encontra o empreendimento em estudo, insere-se no contexto arqueológico das bacias do Tietê e Paranapanema, uma vez que é banhado por tributários de ambos esses rios.

O levantamento arqueológico do trecho de duplicação desta rodovia, entre Itapetininga e Capão Bonito, foi realizado pela empresa Documento, que identificou no km 159,9 um sítio lítico, posteriormente denominado Sítio Itapetininga 1, cujo resgate ficou a cargo da Scientia (Scientia, 2002a).

O Sítio Itapetininga 1 está implantado na alta vertente direita do rio Itapetininga, em sistema de relevo formado por Colinas Amplas. O rio Itapetininga é um dos formadores do rio Paranapanema (Bacia Hidrográfica do Paraná).

Os artefatos registrados no Sítio Itapetininga 1 assemelham-se, na maioria dos aspectos, ao material registrado para a região por Caldarelli (1983; 1985),

¹¹ Deixamos de apresentar, aqui, a data mais antiga do Sítio Alice Bôer, de 14.200±1150 AP, por se tratar de data polêmica, não aceita por todos os pesquisadores. A datação do Sítio Toledos foi feita pelo Laboratório de Vidros e Datações da FATEC/SP, por termoluminescência, técnica de datação menos precisa que o C-14 e que também apresenta muitos problemas.



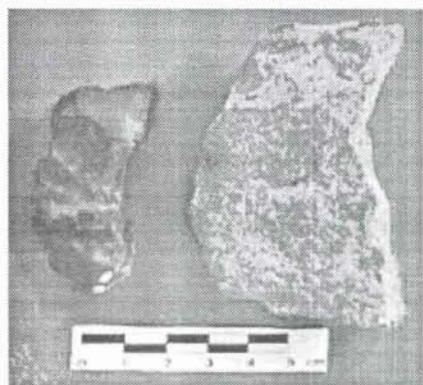
destacando-se os artefatos duplos e múltiplos, as peças com recêntrancia clactoniana, os artefatos de pequenas dimensões, as peças em “T” e a exploração de nódulos de sílex para a confecção de artefatos bifaciais.

O único tipo de artefato que ainda não havia sido registrado são as facas com dorso côncavo (peças nº 11 e 69), atrás descritas, as quais vêm complementar a tipologia esboçada

demaís sítios conhecidos na região.

Portanto, pode-se concluir que o Sítio Itapetininga I faz parte do mesmo conjunto cultural registrado, para toda essa região e, provavelmente, deve ter-se formado no mesmo período que os demais, constituindo um testemunho a mais da ocupação da área por populações caçadoras-coletoras, praticantes de uma economia do tipo forrageiro.

Apesar das evidentes semelhanças entre os sítios e os artefatos registrados na região situada entre o alto Paranapanema e a margem esquerda do Rio Tietê com os sítios e artefatos registrados na região situada na margem direita do Rio Tietê (popularmente identificada como “Região de Rio Claro”), existem diferenças perceptíveis, que talvez possam ser explicadas pela ocupação de ambas as regiões por populações étnica e culturalmente aparentadas, mas com marcadores culturais regionais suficientemente distintos para mostrar a existência, há alguns milênios, de territórios demarcados entre essas populações. O testemunho material mais marcante das identidades culturais compartilhadas seriam as pontas de projétil bifaciais, exatamente os artefatos, a nosso entender, atribuidores de identidade e prestígio social, os quais tenderiam a manter inalterados seus traços diagnósticos.



Sítio Itapetininga I: facas com dorso côncavo

para a região (Caldarelli, 1983).

Também a ocorrência expressiva de peças com marcas de fogo remete aos

Wiesser (1983) menciona as pontas de projétil, entre os San do Kalahari, como artefatos privilegiados para a obtenção de informação social, legível através dos atributos estilísticos que as impregnam.

4.3. RODOVIA DO AÇÚCAR (SP-308)

O trecho da Rodovia do Açúcar em duplicação (km 153,3 a km 162), de responsabilidade do DER, insere-se totalmente no município de Piracicaba, na sub-bacia hidrográfica do rio homônimo, afluente do médio Tietê. Neste município, são conhecidos dez sítios arqueológicos, 02 deles cerâmicos de Tradição Tupiguarani e 08 pré-cerâmicos, com artefatos líticos lascados.

Durante o levantamento (Scientia, 2002b), foram localizados vestígios arqueológicos no km 154, no lado direito da pista da rodovia, em ambas as margens de um formador do Córrego da Batistada, que intercepta a rodovia no km 154+500, e é afluente do Cabeceira Comprida, bacia do rio Piracicaba. Este sítio, denominado Sítio Batistada, foi posteriormente objeto de resgate arqueológico (Scientia, 2003).

No decorrer do resgate, notou-se que na verdade tratavam-se de dois sítios distintos e não de um sítio multicomponencial como se imaginara anteriormente, conforme descrição abaixo:

- ⇒ Sítio Batistada 1 - histórico, localizado nas baixas vertentes de afluente do ribeirão da Batistada;

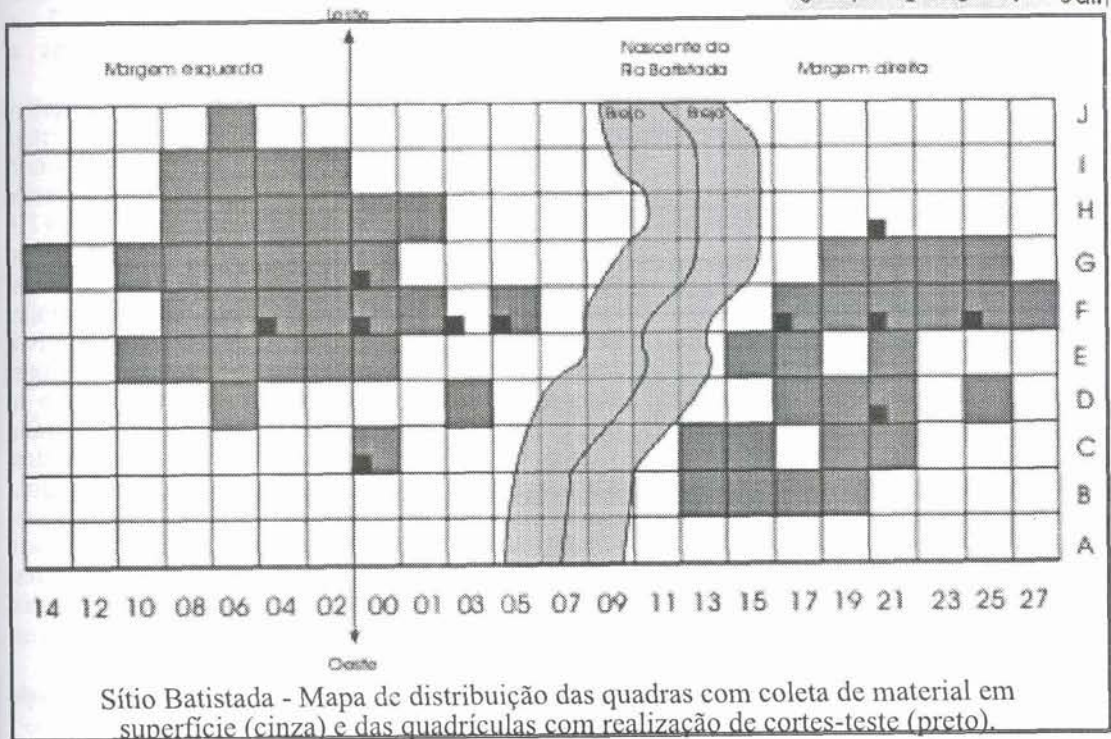
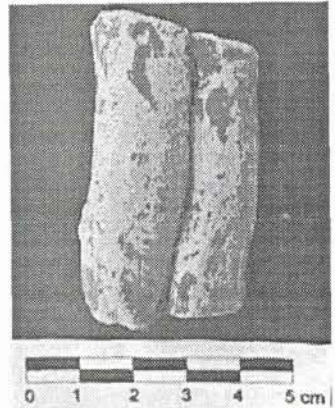
- ⇒ Sítio Batistada 2 - pré-colonial, lítico, localizado na alta vertente da mesma drenagem.

Embora ambos se encontrassem bastante degradados, algumas inferências foram possíveis.

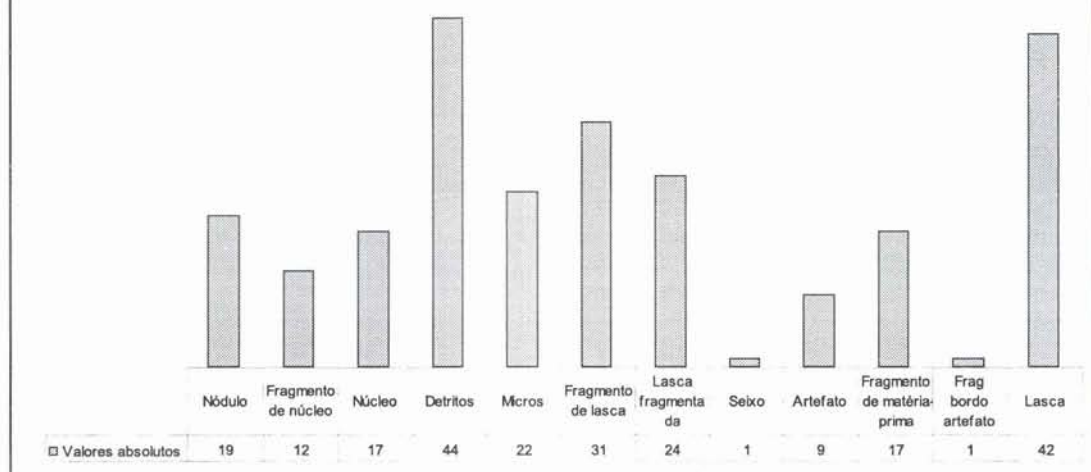
As pesquisas realizadas no Sítio Batistada 1 (ver croquis a seguir) revelaram que o sítio histórico engloba remanescentes culturais do que aparentam ser duas ocupações do século XIX, uma de longa duração, na margem esquerda do afluente do Córrego Batistada, e uma de curta duração, na margem direita do mesmo córrego.

Nos remanescentes da habitação da margem esquerda, mais antiga, foram recuperados alguns fragmentos de cerâmica histórica, com poucos elementos decorados (registrou-se apenas decoração de tipo escovado naface externa de 2 fragmentos).

Alça dupla
frag-mentada,
coletada no
Sítio Batistada 1



Sítio Batistada 2: categorias líticas



Nenhuma borda foi registrada, o que impediu inferências sobre a morfologia e a função das vasilhas. Registrou-se um fragmento de alça dupla, confeccionada pela justaposição de dois roletes.

A louça registrada na margem esquerda - faiança fina (*cranware*, *pearlware*, *ironstone*), porcelanas e grès (*stoneware*), porcelanas - assim como os vidros (peças para o acondicionamento de bebidas e remédios, além de uma bola de gude), indicam uma ocupação que atravessou grande parte do século XIX, enquanto que a cultura material da margem direita indica uma ocupação mais recente (provavelmente iniciada no final do século XIX) e mais curta.

Ambas as habitações são do período de desenvolvimento da monocultura açucareira na região, embora não se tenham obtido indícios materiais de associação direta do sítio com esta produção agrícola, uma vez que nenhum implemento ligado a este tipo de atividade foi registrado no local. Tudo indica serem habitações de famílias de classe média, com nível aquisitivo médio para o meio rural, já que usavam principalmente louças para consumo de alimentos (poucos foram os fragmentos de cerâmica registrados, provavelmente para armazenamento de alimentos sólidos e líquidos) e consumiam produtos (bebidas e remédios) que exigiam recursos financeiros, ao menos modestos, para sua aquisição. É possível que se tratassem de pequenos proprietários de terras, já que em Piracicaba, contrariamente ao que

ocorreu no resto da Província de São Paulo, *"a expansão cafeeira parece ter favorecido, ao contrário, o retalhamento das terras e o recuo dos latifúndios"* (Bruno, 1967: 140).

Quanto ao Sítio Batistada 2, pré-colonial, certamente resultou de um assentamento de índios caçadores-coletores, que ocuparam a região anteriormente aos Payaguá¹² ali historicamente registrados.

Os produtos da atividade de lascamento no local indicam que a produção de artefatos líticos foi uma atividade importante do grupo que ocupou o local. Foram coletadas 239 peças (224 de sílex; 13 de argilito e 2 de quartzito), distribuídas pelas categorias a seguir.

Quanto às lascas, 75% apresentam talão liso e 25% cortical. São lascas em geral curtas e largas, ou seja, com comprimento menor que a largura. Algumas delas apresentam macro-sinais de uso num dos bordos. Dos 29 núcleos registrados, 27 eram multidirecionais e apenas dois unidirecionais. Os núcleos apresentam-se esgotados, demonstrando uma tendência ao aproveitamento intensivo da matéria-prima. Há indícios de que alguns núcleos foram retomados como artefato a posteriori (raspadores). Os artefatos foram poucos (por serem provavelmente levados do local pelos antigos habitantes da região), obtidos por retoques em geral em escamas ou escalariformes, abruptos, contínuos e diretos, correspondendo a raspadores côncavos, raspadores denticulados e peças com reentrância clactoniana, indicativos

¹² Não confundir com os Payaguá do Chaco e do Pantanal. Os Payaguá citados pela bibliografia em São Paulo correspondem a populações de língua Tupi.

de processamento de artefatos de madeira (alisamento de galhos) ou de descarnamento de ossos de animais, atividades compatíveis com o modo de vida dos caçadores-coletores forrageiros do médio Tietê (Caldarelli, 1983; 1985).

Embora não tenha sido recuperado material datável no sítio, por comparação com sítios similares na região, sua ocupação possivelmente se deu entre 2.000 e 4.000 anos a.C.

A predominância de detritos e lascas parece indicar um sítio cuja atividade principal fosse a captação de matéria-prima para lascamento. Entretanto, o grau de perturbação do sítio, em função da extração de material do local para uma caixa de empréstimo não possibilita inferências seguras sobre as atividades desenvolvidas antigos habitantes do local.

4.4. RODOVIA GOVERNADOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS (SP-340)

A Rodovia SP-340 situa-se na região nordeste do Estado de São Paulo, na bacia do Rio Pardo. O trecho pesquisado, de responsabilidade da concessionária Renovias, situa-se entre as sedes dos municípios de Casa Branca e Mococa (km 236,8 a 281,7).

O levantamento arqueológico (Scientia, 2000a) resultou na descoberta de três sítios arqueológicos, a saber:

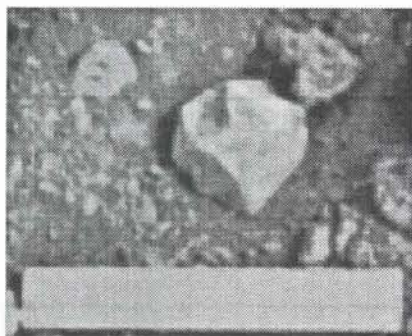
- a) Sítio Lambari 1, entre o km 225+60m e o km 255+140m. Trata-se de um sítio pré-cerâmico, com material lítico lascado de sílex e arenito silicificado, implantado no topo e alta vertente da margem esquerda do ribeirão Lambari, em colina ampla e muito suave, de topo aplainado (interflúvio dos ribeirões das Congonhas e Lambari).
- b) Sítio Lambari 2, entre o km 251+20m e o km 251+240m. Trata-se de um sítio cerâmico Tupiguarani, implantado no topo da vertente do ribeirão Lambari, no interflúvio deste com o ribeirão das Congonhas.
- c) Sítio Água Branca, entre o km 250+180 e o km 250+320m. Trata-se de um sítio cerâmico não Tupiguarani, também presença também de material lítico lascado e polido, situado em média vertente, a aproximadamente 300m do alto curso do córrego Água Branca, afluente da margem direita do ribeirão das Congonhas.

Os sítios registrados apresentam as mesmas características dos sítios arqueológicos pré-históricos estudados na Bacia do Rio Pardo na década de 80 do século XX, pelo Instituto de Pré-História da USP (Caldarelli & Neves, 1981).

O sítio Lambari 1 faz certamente parte do mesmo contexto ocupacional da região nordeste do Estado de São Paulo por populações caçadoras-coletores, que exploraram uma extensa região, assentando-se tanto em compartimentos geomorfológicos elevados (topos, altas e médias vertentes), nos quais há uma clara associação entre afloramentos de arenito silicificado e sítios arqueológicos, quanto em compartimentos rebaixados (fundos de vale, planícies aluviais, terraços fluviais e baixas vertentes), nas proximidades do Rio Pardo e de seus afluentes, onde a matéria-prima para a confecção dos artefatos era obtida no leito dos rios¹³. Os objetos líticos registrados indicam atividade intensa de lascamento, usando como matérias-primas preferenciais o arenito silicificado e o sílex.

O sítio Lambari 2 corresponde a um assentamento Tupiguarani, com as mesmas características dos sítios registrados no Rio Mogi-Guaçu, o mais importante afluente do Rio Pardo (Caldarelli, 1983a).

Já o sítio Água Branca veio reforçar as recentes descobertas de uma extensa ocupação do norte e do oeste paulista por populações ceramistas provavelmente pertencentes ao tronco Macro-Jê, reveladoras de influências que remetem às tradições do Brasil Central, sendo que o antiplástico com cariapé, que desde a década de 90 do século XX passou a ser identificado em vários sítios do oeste e



Núcleo multidirecional de sílex, registrado no Sítio Lambari 1, Rodovia SP-340

¹³ Há um único caso conhecido de ocupação de abrigo-sob-rocha, no município de Cajuru, associada a um sítio de arte rupestre, provavelmente um assentamento de curta duração.

norte paulista (Fernandes, 2000; González, 2000) tinha sido registrado pela primeira vez em São Paulo no sítio Tamanduazinho (Caldarelli e Neves, 1981), exatamente na Bacia do Rio Pardo (município de São Simão).

4.5. RODOVIA GOVERNADOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS (SP-342) / RODOVIA DOS BANDEIRANTES (SP-346)

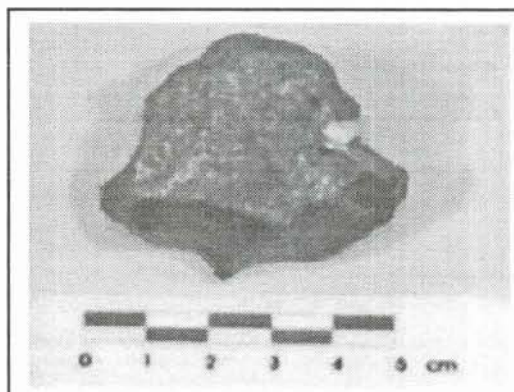
O trecho de duplicação das rodovias SP-342 e SP-346, de responsabilidade do DER, percorre os municípios de Mogi Guaçu e Espírito Santo do Pinhal (SP), num total de 33,1 quilômetros e insere-se na Sub-Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Guaçu, acompanhando a margem direita deste rio (afluente do rio Pardo), em seu alto curso. O levantamento arqueológico realizado na faixa de domínio do projeto de duplicação das rodovias (Scientia, 2000c) levou à descoberta de três sítios arqueológicos, a saber:

a) **Sítio Arqueológico Ipê:** trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, situado no Município de Mogi-Guaçu, entre o km 175,016 e 175,296, no lado esquerdo da rodovia, entre as coordenadas UTM E 300.471/N 7.528.948 e E 300.354/N 7.528.687. Um corte pré-existente permitiu verificar que a camada arqueológica possui uma espessura de 0,50m. O sítio, aparentemente remanescente de uma grande aldeia, apresentava material cerâmico Tupiguarani e artefatos líticos lascados. Umas poucas peças, no entanto, aparentemente circunscritas espacialmente, apresentavam atributos de cerâmica histórica (apêndices em forma de asa foram

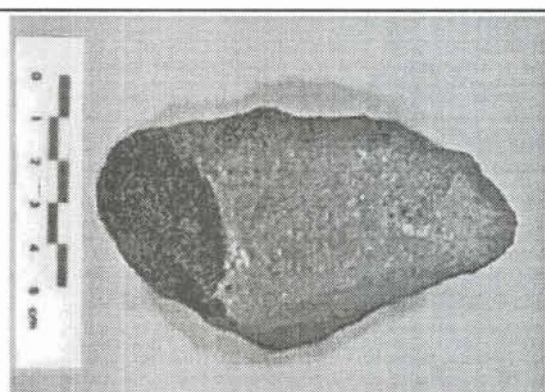
reconhecidos em campo), o que pode ser atribuído seja a uma reocupação, seja a indícios de contato com o conquistador europeu. O salvamento desse sítio ficou a cargo do Dr. José Luiz de Moraes, que provavelmente elucidará essa importante questão.

b) **Sítio Arqueológico Pantanal:** trata-se de um sítio histórico a céu aberto, com cultura material constituída por fragmentos de louça e de cerâmica, situado no Município de Mogi-Guaçu, no km 179,216 da rodovia, a cerca de 500 metros de distância do lado direito, nas coordenadas UTM E 03.229/N 7.531.712. A cultura material observada em campo remete a uma ocupação do século XIX, com fragmentos de faiança fina inglesa com decoração policroma pintada a mão, faiança fina branca com decoração em relevo (ramos de trigo e folhas estilizadas) e cerâmica histórica decorada com incisões em barra cruzada.

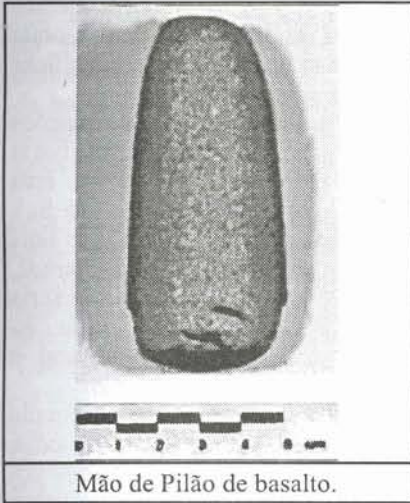
c) **Sítio Arqueológico Mota Pais:** trata-se de um sítio lítico a céu aberto, situado no Município de Espírito Santo do Pinhal, entre o km 198,976 e 199,076, no lado esquerdo da rodovia, nas coordenadas UTM E 316.568/N 7.543.189. A indústria lítica registrada correspondia em sua maioria a artefatos lascados de sílex, embora ocorressem também algumas peças de quartzo. No levantamento, não foi possível verificar com que tipo de indústria as peças desse sítio se relacionavam, o que provavelmente ocorrerá com as análises a cargo do Dr. José Luiz de Moraes.



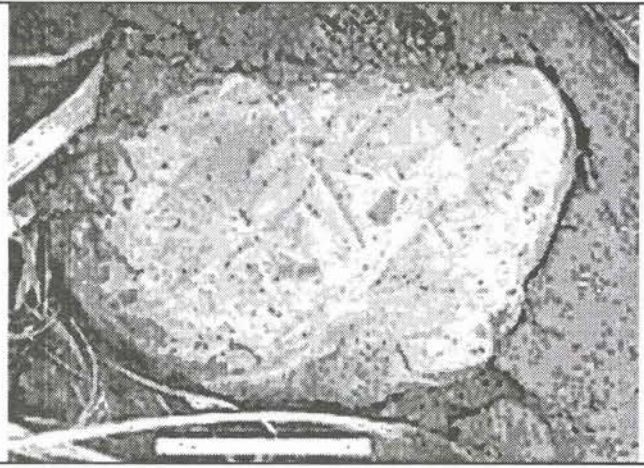
Peça com bico (formado por duas retiradas clactonianas contíguas), sobre seixo de sílex.



Raspador duplo disto-lateral, sobre lasca cortical de arenito silicificado.



Mão de Pilão de basalto.



Afiador sobre bloco de basalto.

4.6. RODOVIA CARLOS TONANI (SP-333)

O trecho a ser duplicado da SP-333, de responsabilidade da concessionária Triângulo do Sol, situa-se na região norte do Estado de São Paulo e está compreendido entre os quilômetros 83+020 e 123+500, ligando Sertãozinho a Jaboticabal, inserindo-se, portanto, na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu.

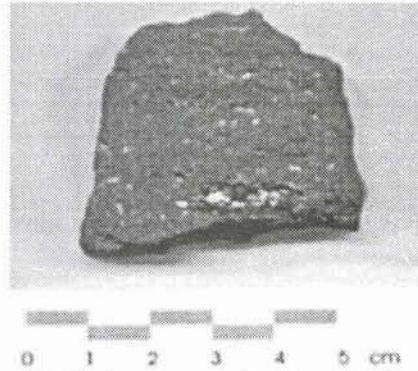
Durante os trabalhos de levantamento arqueológico (Scientia, 2001b), foi identificado um sítio arqueológico na altura do km 104+200m, do lado direito da rodovia, denominado Sítio Arqueológico da Barrinha, por situar-se na margem direita do córrego da Barrinha, afluente do Rio Mogi-Guaçu (Caldarelli & Juliani, 2001).

Numa etapa posterior, de delimitação e avaliação arqueológica do sítio (Scientia, 2001c), foram coletados produtos variados de lascamento da pedra, indicativos de que a atividade de produção de artefatos lascados ocorria no interior do sítio. Para os artefatos, as matérias-primas registradas foram predominantemente o arenito silicificado, seguido pelo sílex e algumas poucas peças de quartzo.

O único artefato polido registrado (uma mão de pilão) utilizou o basalto como matéria-prima. Uma plaqueta de basalto foi utilizada como retocador e, em campo, foi registrado um bloco de basalto, utilizado como afiador.

Também foram coletados fragmentos de cerâmica, que revelaram o acordelamento como técnica de manufatura e queima incompleta dos vasilhames. Nenhum dos fragmentos coletados apresentava qualquer tipo de decoração. O antiplástico empregado

foi predominantemente mineral (quartzo), em alguns casos associado com cariapé. Apenas três bordas foram coletadas, sendo duas expandidas com lábio plano e uma extrovertida, com lábio arredondado. Nenhuma delas possuía dimensões que



Cerâmica com cariapé, coletada no Sítio Barrinha

permitissem a reconstituição das formas das vasilhas.

As características do material lítico e cerâmico do Sítio Barrinha permitem associá-lo, culturalmente, a outros sítios do norte e oeste paulista, nas bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu, a saber:

- ⇒ Sítio Tamanduazinho, município de São Simão (Caldarelli & Neves, 1981);
- ⇒ Sítio Água Limpa, município de Monte Alto (Fernandes, 2001);
- ⇒ Sítio Água Branca, município de Casa Branca (Scientia, 2000a).

4.7. RODOVIA ANTÔNIO MACHADO

SANT'ANNA (SP-255)

O trecho a ser duplicado da Rodovia SP-255, entre os quilômetros 2,8 e 50, de responsabilidade da concessionária Autovias, também se localiza na região norte do Estado de São Paulo, entre as bacias do Rio Pardo e de seu afluente Mogi-Guaçu, ligando Sertãozinho a Jaboticabal.

Um único sítio arqueológico foi identificado no trecho acima mencionado (Scientia, 2000b), fora da faixa de duplicação, entre o km 44,5 e o km 45, na lateral da pista norte, a cerca de 80m da alça de um dispositivo de entroncamento.

Trata-se de um sítio Tupiguarani, denominado Sítio Suzuki, implantado em alta vertente, com vestígios líticos e cerâmicos típicos da tradição, similar aos sítios Tupiguarani identificados no início da década de 80 do século XX na Bacia do Rio Mogi-Guaçu (Caldarelli, 1983).

Não temos muita informação sobre esse sítio porque o resgate dele não foi exigido, por não se encontrar em risco em decorrência do empreendimento.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS¹⁴

Uma análise dos dados apresentados neste artigo revela um grande dinamismo sócio-cultural no que hoje é o território politicamente ocupado pelo Estado de São Paulo, em tempos pré-coloniais.

As pesquisas arqueológicas induzidas pelos empreendimentos rodoviários trouxeram informações novas ou ampliaram os conhecimentos existentes ou suspeitados sobre a ocupação pré-colonial do território paulista.

No que concerne à ocupação mais antiga do território, por populações caçadoras-coletoras produtoras de artefatos de pedra lascada, alguns territórios se delinham, associados às grandes bacias ou sub-bacias hidrográficas do Estado de São Paulo: ao norte (bacia do Rio Grande e sub-bacia do Rio Pardo), sítios a céu aberto, ocasionalmente em abrigos sob rocha, com uma indústria diversificada, onde artefatos confeccionados para o trabalho em madeira se sobressaem e os sítios parecem agrupar-se em três categorias funcionais principais: aldeias, sítios de exploração de matéria-prima e sítios de atividades restritas, em especial caça.

Ao sul, associados à bacia do Paranapanema, sítios a céu aberto com uma

indústria também diversificada, com aldeias e sítios de exploração de matéria-prima, onde sítios voltados a outras atividades específicas até agora não foram registrados.

A pequena quantidade de informações sobre os assentamentos líticos da bacia do Paraná, no extremo oeste paulista, área limitada ao Norte pelo Rio Grande; ao Sul, pelo Rio Paranapanema, e cortada por dois importantíssimos afluentes do Rio Paraná, o Aguapeí e o Peixe, é uma lacuna tão séria que impede qualquer tentativa séria de interpretação da dinâmica sócio-cultural e territorial pretérita de toda essa região.

A sudeste, entre as margens esquerda do Rio Tietê e direita do Rio Paranapanema, caçadores-coletores forrageiros ocuparam um amplo território, deixando profusos vestígios de pedra lascada, indicativos de uma indústria no geral expediente, mas com requinte na produção de pontas de projétil bifaciais, dentre as quais se sobressaem dois tipos tecnológicos e funcionais: as pontas com bordos retilíneos (provavelmente destinadas à caça) e as pontas com bordos serrilhados (provavelmente destinadas à pesca).

Caçadores-coletores forrageiros com vestígios materiais similares ocuparam um extenso território também na margem direita do alto e médio Tietê. Quais as relações étnicas e culturais entre eles? A mobilidade é ressaltada por vários autores, como Wiesser (1982) e Kipnis (2002) como um meio importante, entre caçadores-coletores, de obter e compartilhar informações sobre localização e disponibilidade de recursos naturais.

Todos os caçadores-coletores acima mencionados estiveram presentes simultaneamente no território paulista por milênios. Seria ilógico ou ingênuo supor que não mantiveram relações. Nem mesmo conhecemos realmente as diferenças tecnológicas de suas indústrias, já que estudos comparativos aprofundados, a exemplo do que tentou fazer Hoeltz (1997) no Sul do Brasil não foram nem mesmo tentados e corre-se o risco de se estar considerando características tecnológicas e culturais o que não passa de diferenças causadas por matérias-primas distintas (grandes blocos e seixos de arenito silicificado nas bacias do Paranapanema e do Grande e blocos e seixos modestos de sílex na bacia do Tietê) e usos mal interpretados.

Os caçadores-coletores mais tardios

¹⁴ Discutir-se-ão, aqui, apenas os dados relativos à ocupação indígena pré-colonial do Estado de São Paulo, objetivo do presente artigo, sem retomar os dados da ocupação histórica. Não se entrará também no mérito dos conceitos (ou pré-conceitos) embutidos no termo "Tradição", por não ser este o objetivo da discussão. Remetemos, a respeito das tradições Tupiguarani e Itaré, ao excelente artigo de Noelli (2000).

que adentraram o Vale do Ribeira, vindos do Sul, cuja filiação à Tradição Umbu, baseada numa maior diversidade tipológica de pontas de projétil, tem sido amplamente aceita, teriam travado relações com seus antecessores no território paulista?

Quanto às populações indígenas ceramistas, ultrapassando a grande muralha constituída pela Serra do Mar, temos, em direção ao Norte, no Vale do Paraíba Paulista, uma ocupação antiga e duradoura, testemunhada por sítios arqueológicos da Tradição Aratu, cujos representantes parecem ter encontrado, ao final de sua permanência na região, os primeiros Tupis a ali adentrarem. Se tiveram contato com os outros indígenas registrados na região (Puri e Guaramomi), a arqueologia ainda não tem indícios.

Em direção ao sul, temos os sítios de Tradição Itararé, sobre os quais poucas dúvidas pairam sobre serem remanescentes de antigos assentamentos caingang. Mas a arqueologia caingang no Estado de São Paulo ainda está distante de demonstrar a real dispersão desses índios no território paulista em tempos pré-coloniais. Praticamente nada se sabe sobre a ocupação ceramista do sudoeste paulista, entre os rios Paranapanema e Tietê, na importante área cortada pelos rios Aguapeí e Feio, onde Miller Jr. registrou sítios Itararé.

E o que dizer dos sítios supostamente Aratu que têm sido registrados no Norte e no Oeste paulista? Com uma cultura material tão diferente da registrada nos sítios Aratu registrados no Vale do Paraíba do Sul, a leste? O que revelam essas duas áreas geograficamente tão distantes sobre a dispersão Aratu? Haverá alguma correspondência étnica e cultural entre as populações indígenas que produziram as vasilhas cerâmicas não decoradas agrupadas sob a denominação "Aratu"?

E sobre todos esses sítios, de norte a sul, de leste a oeste, encontram-se os sítios Tupiguarani. Quanto aos sítios do litoral, não pairam dúvidas: são Tupi; os registros etnográficos confirmam. Os do sul parecem ser guarani. E os do oeste e do norte? São Tupi? Teriam os Tupi adentrado tão pelo interior? Ou seriam guarani? Teriam os guarani chegado tão ao norte?

Diante do quadro acima, ainda bastante enevoado e repleto de indagações, o que se descortina, a nosso ver, não é uma "terra de fronteiras", como há alguns anos se aventou¹⁵, mas um território para onde confluíram

populações indígenas diversificadas, vindas de diversos pontos do atual território nacional, cujas inter-relações não percebemos porque não nos aprofundamos o suficiente sobre a arqueologia paulista. Parece-nos que a pré-história paulista já antecipava a terra de imigrantes que a São Paulo histórica viria a se tornar.

Esperamos que não sejam necessários novos empreendimentos rodoviários para lançar alguma luz sobre essas problemáticas, que mereceriam estudos mais aprofundados, direcionados por áreas estrategicamente selecionadas pela arqueologia e não apenas pelas necessidades infra-estruturais do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, M.C. A ocupação de grupos caçadores-coletores no vale médio do rio Pardo (Estado de São Paulo). *Revista de Pré-História*, IPH/USP, 1989, 6: 69-88.
- ANDREATA, M.D. Serra do Itapety. *América*, Revista da FAU-UBC, 1993:20-25.
- ARAUJO, A.G M. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Parnapanema, Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2001.
- BALDUS, H. Os Oti. *Revista do Museu Paulista*, n.s., 1954 (8): .
- BARBOSA, L.B.H. A pacificação dos índios caingangue paulistas - hábitos, costumes e instituições desses índios. In: *O problema indígena no Brasil*. Comissão Rondon, 1947 (88).
- BARRETO, C.N.G.B. *A Ocupação Pré-Colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1988.
- BELTRÃO, M. C. M.C. Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 1974, 46 (2): 212-251.
- BONETTI, C., *Análise do Padrão de Assentamento dos Grupos Coletores-Pescadores do Baixo Vale do Ribeira de Iguape: Levantamento dos Sítios Arqueológicos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1997.

¹⁵ Afonso, M.C.(Org) Simpósio "São Paulo:Terra de Fronteiras", IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

- BRUNO, E. S. **Viagem ao País dos Paulistas**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.
- CALDARELLI, S.B. Aldeias Tupiguarani no vale do rio Mogiguaçu, Estado de São Paulo, **Revista de Pré-História**, IPH/USP, 1983a, 5: 37-124
- CALDARELLI, S.B. **Lições da Pedra: aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do Rio Tietê**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1983b.
- CALDARELLI, S. B. Os Caçadores do Tietê. **Ciência Hoje**, 1985, 4 (19): 40-43.
- CALDARELLI, S. B. (Org.) **Projeto de Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Faixa de Domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo – Relatório Final**. Santos, DERSA-IPARQ/UNISANTOS-SCIENTIA, 2002 (2 vol.).
- CALDARELLI, C.E. e CALDARELLI, S.B. **O patrimônio arqueológico e histórico-cultural da APA de Corumbataí, SP**. São Paulo, ENGEA. 1989.
- CALDARELLI, S. B.; L. J. C. O. JULIANI; M. C. M. M. SANTOS & E. P. B. MAXIMINO Do caminho novo das Minas Gerais à Rodovia Fernão Dias: arqueologia de uma estrada paulista. **Revista do CEPA**, Santa Cruz, UNISC, 2001, 25 (34): 7-126.
- CALDARELLI, S.B. e NEVES, W.A. Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo, Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Pré-História**, IPH/USP, 1981, 3: 13-49.
- DE BLASIS, P. D. Indicadores da Transição do Arcaico para o Formativo na Região Montanhosa do Médio Vale do Ribeira. In: M.C.TENÓRIO (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991: 273-284.
- DER As estradas de rodagem em território paulista – Histórico. In: <http://www.der.sp.gov.br>, agosto 2003.
- ELLIS JR., A. A economia paulista no século XVIII. **Boletim da Civilização Brasileira**, São Paulo, 1950, 11: 5-145.
- FERNANDES, Florestan Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI. Publicações do Instituto de Administração, São Paulo, USP, 1948, 24: 3-33.
- FERNANDES, S. C. G. **Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do Rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucai**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2000.
- FREITAS, Affonso A. de Os Guaynás de Piratininga. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 1911, 13: 361-395.
- GASPAR, M. D. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- GONZÁLEZ, E. M. R. Diversidade Cultural entre os Grupos Ceramistas do Sul-Sudeste Brasileiro: o caso do Vale do Ribeira de Iguape. In: M.C.TENÓRIO (Org.), **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991: 293-306.
- GONZÁLEZ, E.M.R. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação dos grupos ceramistas pré-coloniais. Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, SAB (Edição em CD-ROM), 2000.
- GONZÁLEZ, E. M. R. & ZANETTINI, P. E. **Jacaré às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no Sítio Santa Marina**. Jacaré, Mônaco Siani/Prefeitura Municipal/Fundação Cultural de Jacaré, 1999.
- HOELTZ, S. E. **Artesãos e artefatos pré-históricos do vale do rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997.
- JULIANI, Lúcia de J.C.O. **Gestão Arqueológica em Metrôpoles: uma proposta para São Paulo**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996.
- KIDDER, D. **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil (Províncias do Sul)**. São Paulo, Martins/EDUSP, 1972.
- KIPNIS, R. Long-term Land Tenure Systems in Central Brazil. Evolutionary Ecology, Risk-Management, and Social Geography. In: B. Fitzhugh & J. Habu (Ed.), **Beyond Foraging and Collecting – Evolutionary Change in Hunter-Gatherer Settlement Systems**. New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002: 181-230.
- KUNZLI, R. **Análise das Gravuras do Sítio Arqueológico de Narandiba** Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-

- USP, 1991.
- LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. In: **Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira**. Revista USP, 44 (2): 270-327.
- MACHADO, Alcântara **Vida e Morte do Bandeirante**. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP, 1980.
- MARANCA, SILVA e SCABELLO Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP**, 1994, 4: 223-226.
- MARCÍLIO, Maria Luíza **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850**. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.
- MATOS, O. N. de **Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas, Pontes Editores, 1990.
- MILLER Jr., T.O. Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo, **DÉDALO**, 1972, 16: 13-118.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo, Hucitec/Polis, 1984.
- MONTEIRO, John M. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo, Yankatu/ Comissão Pró-Índio, 1984.
- MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- MORAIS, J.L. **Projeto Paranapanema - Cadastro Arqueológico Regional - 1968-1992**. São Paulo, MAE-USP, 1992.
- MORAIS, Rubens Borba de Contribuições para o História do Povoamento em São Paulo até Fins do Século XVIII. **Boletim Geográfico**, 1945, 3 (30): 821-829.
- MORALES, W. F. **A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2000.
- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo, DIFEL, 1975.
- NEME, M. Dados para a história dos índios Caiapó. **Anais do Museu Paulista**, 1969 (23): 103-147.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. In: **Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira**. Revista USP, 44 (2): 218-269.
- PEREIRA, Antonio Batista **A Cidade de Anchieta**. **Revista do Arquivo Municipal**, PMSP, 1936, 2 (23).
- PEREIRA Jr., J. A., 1957, Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 54: 313-356.
- PETRONE, Pasquale **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo, EDUSP, 1995.
- PINTO, A. A. **História da Viação Pública de São Paulo**. São Paulo, 1903.
- PRADO Jr., Caio **A cidade de São Paulo - Geografia e História..** São Paulo, Brasiliense, 1989.
- PROUS, A. Première information sur les maisons souterraines de l'Etat de São Paulo, **Revista de Pré-História**, São Paulo, IPH-USP, 1979, 1: 127-145.
- REIS, N. G. **Memória do Transporte Rodoviário - desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo**. São Paulo, CPA, s/d.
- REIS, Paulo Pereira dos Caminhos de penetração da Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, 1982 (31): .
- RIBEIRO, J. C. Gomes Os indígenas primitivos de S. Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 1911, 13: 183-195.
- ROCHA, Léa M. da O Rodoviarismo em São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1986.
- SAMPAIO, Theodoro A proposito dos Guayanazes da Capitania de S. Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 1911, 13: 199-202
- SAMPAIO, Theodoro Os Guaianás da Capital de S. Vicente. In: **São Paulo no Século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis/Vozes, São Paulo/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978a, p. 201-217.
- SAMPAIO, Theodoro São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. In: **São Paulo no Século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis/Vozes, São Paulo/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978b, p. 159-172.
- SCATAMACCHIA, M. C. M., 1984, A Ocupação Tupi-Guarani do Estado

- de São Paulo: fontes etno-históricas e arqueológicas. **DÉDALO**, 23:197-221.
- SCATAMACCHIA, M. C. M. e UCHÔA, D. P. O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo, **Revista de Arqueologia**, 1993, 7: 153-173.
- SCHADEN, Egon Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, 1954, 5 (18): .
- SCIENTIA Relatório: Levantamento Arqueológico na Faixa de Domínio da Duplicação da Rodovia SP-340 - km 236,8 a km 281,7. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2000a.
- SCIENTIA Relatório: Levantamento Arqueológico no Projeto de Duplicação da Rodovia SP-255 - km 2,8 a km 50. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2000b.
- SCIENTIA Relatório: Levantamento Arqueológico no Projeto de Duplicação das Rodovias SP-342 e 346, km 172 a km 206. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2000c.
- SCIENTIA Levantamento e Resgate Arqueológico na Faixa de Domínio da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) – Relatório Final. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2001a.
- SCIENTIA Relatório Final: Levantamento Arqueológico no Projeto de Duplicação da Rodovia Carlos Tonani (SP-333) - km 83 a km 123+500. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2001b.
- SCIENTIA Relatório Complementar: Avaliação Arqueológica do Sítio Barrinha, km 140 da Rodovia Carlos Tonani (SP-333). São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2001c.
- SCIENTIA Salvamento Arqueológico do Sítio Itapetininga 1, Rodovia SP-127 – Relatório Final. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2002a.
- SCIENTIA Relatório Técnico: Levantamento Arqueológico na Faixa de Duplicação da Rodovia do Açúcar (SP-308) - km 153,3 a km 162. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2002b.
- SCIENTIA Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Multicomponencial Batistada, Rodovia do Açúcar, SP. São Paulo, Scientia Cons. Científica, 2003.
- UCHÔA, D. P. e CALDARELLI, S.B. *Petróglifos na Região Nordeste do Estado de São Paulo. Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, 1980, 31: 25-42.
- UCHÔA, D. P. e GARCIA, C. D. R. Resultados Preliminares do projeto de pesquisas arqueológicas do Baixo Curso do Rio Ribeira (Cananéia-Iguape), Litoral de São Paulo, Brasil. **Revista de Pré-História**, São Paulo, IPH-USP, 1979, 1: 91-113.
- WIESSNER, P. Beyond Willow Smokes and Dog's Tails: a comment on Binford's Analysis of Hunter-Gatherer Settlement Systems. **American Antiquity**, 1982, 47 (1): 171-178.
- WIESSNER, P. Style and Social Information in Kalahari San Projectile Points. **American Antiquity**, 1983, 48 (2): 253-276.

São Paulo

Legenda

- 1 - Sítio Lambari I (Renovias / SP-340)
- 2 - Sítio Lambari 2 (Renovias / SP-340)
- 3 - Sítio Água Branca (Renovias / SP-340)
- 4 - Sítio Batistada (DER / SP-308)
- 5 - Sítio Itapetininga I (SPvias / SP-127)
- 6 - Sítio da Barrinha (Triângulo da Sol / SP-333)
- 7 - Sítio Suzuki (Autovias / SP-255)
- 8 - Sítio Mota Pais (DER / SP-342/SP-346)
- 9 - Sítio Pantanal (DER / SP-342/SP-346)
- 10 - Sítio Ipê (DER / SP-342/SP-346)
- 11 - Sítio Morro Azul (Autoban / SP-348)
- 12 - Sítio Matão (Autoban / SP-348)
- 13 - Sítio da Lagoa (Autoban / SP-348)
- 14 - Sítio Toledos (Autoban / SP-348)
- 15 - Sítio Santo Antônio (Autoban / SP-348)
- 16 - Sítio Jacareí 1 (Dersa / SP-070)
- 17 - Sítio Jacareí 2 (Dersa / SP-070)

Figura 1

escala: 0 20 40 60 80 100km

escala: 0 20 40 60 80 100km